

I-SAB

Instituto de Letras

P
400
A/2

Cadernos de Tradução




UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Nº 14
Abril-Junho 2001

Cadernos de Tradução

INSTITUTO DE LETRAS

Nº 14 – Abril - Junho de 2001

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3	i-sab
OS SOBRENOMES E SEUS SUBSTITUTOS	5	i-sab
Gideon Toury		
<i>Tradução: Hedy Lorraine Hofmann</i>		
EM BUSCA DE LEIS PARA A ATUAÇÃO TRADUTÓRIA.....	19	i-sab
Gideon Toury		
<i>Tradução: Erica Foertmann Schultz</i>		
O QUE TORNA UM SPOONERISMO (IN)TRADUZÍVEL?.....	35	i-sab
Gideon Toury		
<i>Tradução: Cristiane Copetti Refinski, Fabiano Bruno Gonçalves, Gizelda Ribeiro da Silva, Guilherme Godinho Kolling, Helena Maria Roennau Lemos, Ilesca Holsbach, Jaçanã Ribeiro, Joana Jurema Silva da Silva, Letícia Ludwig Loder, Luciana Kaross, Marcela Migliavacca, Mariana Lustosa, Marli Rocha de Quadros, Natacha Enzweiler, Vinicius Nunes Menti, Vivian Karla Cunha Militão</i>		
<i>Revisão de: Éda Heloisa Pilla</i>		
A NOÇÃO DE “TRADUÇÃO PRESUMIDA”: UM CONVITE A UMA NOVA DISCUSSÃO.....	59	i-sab
Gideon Toury		
<i>Tradução: Éda Heloisa Pilla</i>		



Cadernos de Tradução

do Instituto de Letras

Diretora: Prof^ª. Sara Viola Rodrigues

Vice-Diretora: Prof^ª. Gilda Neves da Silva Bittencourt

COMISSÃO EDITORIAL

Prof^ª. Éda Heloisa Pilla

Prof^ª. Lúcia Sá Rebello

Prof^ª. Maria Lúcia Machado de Lorenci

Organizadora deste número: Prof^ª. Hedy Lorraine Hofmann

Capa e Editoração: Leandro Bierhals Bezerra - Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras

Av. Bento Gonçalves, 9500 CEP 91540-000 Porto Alegre-RS

Fone: (051) 33166689 Fax: (051) 33167303

<http://www.ufrgs.br/iletras>

E-mail: iletras@vortex.ufrgs.br

Apresentação

Os editores dos Cadernos de Tradução do ano de 2001 solicitaram aos setores do Instituto de Letras, inclusive ao Núcleo de Estudos Judaicos, propostas para um número do Caderno. Com a participação da Prof^ª. Hedy Lorraine Hofmann, o Núcleo achou interessante traduzir artigos do Professor Gideon Toury.

Teórico da Tradução de renome internacional, Toury ainda não foi traduzido para o português do Brasil. Assim, estabelecido o contato e enviados os artigos, a professora Hedy selecionou alguns e pediu a colaboração de colegas, entre os quais as professoras Erica Schultz e Éda Heloisa Pilla.

Um fato marcante sobre Toury, e que repercutiu diretamente em seus escritos é, sem dúvida, sua biografia.

Israelense, filho de alemães, mas proibido de falar alemão, foi criado em Haifa. Convivendo entre refugiados, segundo suas próprias palavras, começou a traduzir desde os seis anos de idade, embora nunca imaginasse que essa tarefa pudesse se converter numa profissão.

O serviço militar foi feito num *kibbutz*, onde logo substituiu as atividades agrícolas por tarefas intelectuais como a edição de um jornal e organização de eventos culturais.

Filho de um historiador, viveu numa atmosfera intelectualizada, onde se consumia grande quantidade de literatura em língua inglesa. Dessa língua conheceu todos os sotaques, desde os dialetos legítimos, passando pelo inglês americano, o britânico e aqueles falados por professores poloneses, turcos e de outras nacionalidades.

Envolvido com literatura, escreveu amplamente, desde histórias infantis a revistas semanais e boletins de notícias. Desistiu de ser jornalista para matricular-se no curso de Estudos Literários. Estudou, com afinco, os textos literários e hoje percebe sua ingenuidade quando lembra que tratava as palavras traduzidas para o hebraico como se fossem precisamente o que o autor queria dizer.

A introdução na Teoria da Tradução foi através de Eugene Nida. Nesse momento percebeu o que realmente queria estudar – a tradução sob uma perspectiva semântica. Seu segundo mestre foi Catford, depois Even-Zohar e mais tarde Holmes.

Nos anos setenta tornou-se um tradutor fecundo e bem sucedido, tendo traduzido para o hebraico nomes como Scott Fitzgerald, Günter Grass

Heinrich Böll, C.S.Lewis e Hemingway. Entre a vasta bibliografia dedicada aos estudos da Tradução, sua obra mais conhecida no Brasil é *Descriptive Translation Studies and beyond* (Benjamins Translation Library, 1995). Hoje, além de pesquisador e professor, sua atividade prioritária é a de editor das revistas *Target* e *TRANSST*.

Éda Heloisa Pilla

Os sobrenomes e seus substitutos*

Gideon Toury¹

Comentários Introdutórios

É um fato estabelecido que, em qualquer conjunto de circunstâncias socioculturais, corpus de nomes próprios, às vezes denominados “onomásticos” (por exemplo, Nicolaisen, 1980), com o possível acréscimo de certos mecanismos para a produção de novos nomes próprios, “bem formados” que sejam, por aquele motivo, prontamente admissíveis no “onomástico”, tendem a formar uma série de códigos onomásticos. Um dos códigos mais destacados, numa sociedade moderna, pelo menos no Ocidente, é o dos sobrenomes. Assim, numa sociedade, os sobrenomes individuais constituem textos culturais que preenchem certas necessidades daquela sociedade.

Do ponto de vista semiótico, devem ser discernidos dois aspectos dos sobrenomes: a sua função – e as representações superficiais daquelas funções em substância, que são essencialmente lingüísticas. Além disso, como no caso de qualquer outra entidade lingüística, os primeiros têm uma clara prioridade em relação aos últimos, de modo que uma e a mesma função pode sempre – e, no caso dos sobrenomes, definitivamente é – realizada por qualquer número de termos functivos (*functors*) diferentes que, por aquele motivo, são funcionalmente equivalentes e tornam o sobrenome uma forma de tipo de texto cultural (*cultural text-type*).

É precisamente esta equivalência, juntamente com a quase universalidade de muitas das funções de um sobrenome como um texto cultural (1) que constituem uma base óbvia para a possibilidade de substituir sobrenomes por sobrenomes, dentro de uma cultura bem como transversalmente através de culturas. Esses fatores, e as peculiaridades lingüísticas que são freqüentemente características dos sobrenomes (por exemplo, Blanár, 1969:87) também estabelecem os limites daquela possibilidade.

*Artigo publicado em : *Semiotic Theory and Practice* Mouton de Gruyter, Berlin- New York- Amsterdam © 1988 Walter de Gruyter & Co., Berlin-New York

¹ Cátedra M.Bernstein de Teoria da Tradução, Universidade de Tel Aviv.

Obviamente, na medida em que substituir itens em atos de substituição de sobrenomes é de fato aceito no onomástico da cultura “alvo”, não são mais do que adições a uma lista aberta de termos functivos. Todavia, com respeito a esses itens, podem ser feitas perguntas adicionais, em virtude do modo diferente de sua gênese, tal como se suas representações de superfície fossem semelhantes ou diferentes daquelas dos nomes que estão estabelecidos de maneira “direta” (isto é, não derivada) e/ou inteiramente dentro da cultura em questão, e se a posição e o status desses dois (sub) conjuntos naquela cultura forem os mesmos. Além disso, os relacionamentos entre os nomes substitutos (que substituem) e os substituídos e os procedimentos empregados durante a própria substituição também podem ser significativos.

De fato, sob todos esses aspectos, as regularidades freqüentemente se revelam, especialmente em culturas onde se recorre à prática de substituição de sobrenomes em grande escala, para não falar de casos nos quais formam um fenômeno semiótico institucionalizado, em si (por exemplo, Bourgeois-Gielen, 1969).

Quando a substituição de sobrenomes envolve uma transferência transcultural, é uma observação incontestável que qualquer ato único de substituição é iniciado na e pela cultura que finalmente abrigará (mesmo que nem sempre forneça diretamente) o nome que ficará como substituto, e realizado de modo a preencher certas necessidades daquela cultura específica. Naturalmente, um desejo de “livrar-se” de um nome pode muito bem fazer [parte] daquelas necessidades, mas essa possibilidade não é importante para o nosso conceito, que é de natureza teleológica. Em primeiro lugar, tal desejo sempre se origina na cultura alvo e, em segundo lugar, livrar-se de um sobrenome indesejado nunca marca o fim de um ato de substituição. Por motivos culturais gerais que têm a ver com as funções de um sobrenome, nunca é permitido a um membro de uma comunidade moderna ficar sem nome, de modo que deixar de lado um nome é, inevitavelmente, acompanhado pela adoção simultânea de outro. Em suma, não importa como sejam considerados, os interesses atendidos são invariavelmente aqueles da cultura receptora.

O objetivo do trabalho a seguir é duplo: (a) ilustrar algumas das regularidades da substituição de sobrenomes transversalmente às culturas, com base numa das mais destacadas manifestações desse tipo de transferência, a hebraização dos sobrenomes durante o surgimento de uma cultura hebraica nativa em Eretz Israel (Terra de Israel, Palestina) (Even-Zohar, 1981); discutir que os termos que melhor se adequam à sua

descrição e explicação correspondem àqueles de uma teoria cultural-semiótica da tradução (Tourney, no prelo).

A Hebraização de Sobrenomes em Eretz Israel

A hebraização de sobrenomes no período em estudo foi uma das muitas manifestações de uma única norma de governo que operava na cultura em fase de surgimento, ‘a criação de um novo povo judeu e de um novo judeu na Terra de Israel’, enfatizando o conceito ‘novo’. Esse princípio foi seguido bastante consistentemente pela “contraposição de ‘novo hebreu’ ao “antigo judeu da Diáspora” em vários domínios culturais (Even-Zohar, 1981: 171).

O interesse básico do novo paradigma cultural era assim duplo, e qualquer preenchimento adequado de suas demandas exigia operações em duas etapas:

- (1) deixar de lado termos functivos que passaram a ser associados habitualmente com o membro negativamente marcado da oposição, muitas vezes até o ponto de constituir sinais de maturidade;
- (2) assumir novos termos functivos para as funções antigas que, até agora, por assim dizer, permaneceram ‘desnudos’, na esperança (freqüentemente bastante ingênua), de que resulte um processo de habituação que gradativamente transforme os novos termos functivos em representações superficiais “apropriadas” dos membros positivamente marcados da oposição, e finalmente transforme a combinação de funções (antigas) e termos functivos (novos) em sinais maduros dentro do novo paradigma cultural.

A execução do segundo passo não era nada simples. Afinal de contas, uma “nova” cultura “hebraica” mal existia, e, além disso, ninguém tinha uma idéia clara de como viria a ser. Isso significava que não havia termos functivos prontos, nem qualquer reservatório único que pudesse fornecer todos os termos functivos necessários. Em vez disso, tinham de ser tomadas novas decisões com relação a todos os domínios culturais que passavam pelo processo.

Um dos experimentos no sentido de “fornecer os componentes necessários para a realização da oposição cultural básica – hebraico moderno-judeu antigo” (Even-Zohar, 1981:172), e um que, retrospectivamente, alcançou sucesso, dizia respeito a sobrenomes.

A Necessidade de Renunciar aos Sobrenomes Antigos

Os sobrenomes originais, em sua maioria europeus, dos judeus que emigraram à Terra de Israel, foram considerados representações destacadas do membro negativamente marcado da oposição. Por motivos históricos, muitos deles eram acentuadamente marcados como “judeus”. A maioria dos nomes também representava línguas que, na consciência cultural, eram estreitamente associadas com a Diáspora (ídiche, russo, alemão, etc.), e, finalmente, também denotavam o fato de pertencer a famílias (cf. nota 1) que tinham estado profundamente enraizadas nos “velhos” paradigmas culturais, e dos quais muitos dos seus membros, freqüentemente a maioria, ainda eram. Tudo isso tornava os sobrenomes existentes dos membros da cultura emergente óbvios candidatos à fase inicial de renúncia aos mesmos nomes.

Substituição de Sobrenomes Antigos por Novos

Uma vez tomada a decisão de adotar o hebraico como a língua da nova cultura, a opção mais óbvia à disposição dos membros da comunidade emergente era, claramente, de recorrer a sobrenomes hebraicos existentes (que estavam disponíveis). A nítida vantagem dessa opção era que, se tivesse sido adotada, os itens de substituição teriam sido considerados “apropriados”, tanto como sobrenomes (em virtude de fazerem parte do onomástico estabelecido), quanto como itens da língua hebraica. Por outro lado, a sua adoção poderia ter sido contrária aos requisitos da oposição cultural básica, já que também eram associados com o Judeu da Diáspora. Olhando essa opção de um ângulo diferente, uma subscrição extensa a ela poderia ter resultado em um repertório bastante pobre de sobrenomes que poderiam ter obstaculizado uma das principais funções de um sobrenome como texto cultural: aquela da diferenciação. De qualquer forma, o fato é que não apenas essa solução foi adotada de maneira bastante marginal, como também houve uma série de casos nos quais sobrenomes hebraicos existentes foram, eles próprios, substituídos por novos, mais adequados às representações do membro positivamente marcado da oposição (por exemplo “Levi” → “Lavi”).

Uma prática muito mais comum que, contudo, poderia ainda ser considerada como estando dentro das possibilidades do código onomástico institucionalizado em si, foi de cunhar novos itens com base nos modelos que estavam subjacentes aos sobrenomes hebraicos existentes, assim os tornando normas produtivas. Os mais destacados dentre eles foram as combinações das palavras “Ben” ou “Bar” (‘Filho de’) ou “Av(i)”(‘pai

de’), inicialmente com prenomes existentes (por exemplo, “Ben-Amram”, “Avidov”) e depois com outras palavras hebraicas também (por exemplo “Ben-Or”, “Bar-Yaqar”, “Avigal”). Esses novos compostos foram então prontamente assimilados no onomástico hebraico.

Todavia, a prática mais comum envolvia enfatizar ainda mais os elementos da “novidade”. Dessa forma,

- foram selecionadas palavras existentes e colocações fixas, que não se assemelhavam em nada aos nomes hebraicos institucionalizados (e assim potencialmente marcados de maneira negativa); por exemplo, “Aviv”, “Ofir” “Bahat”, “Axava”, ou “Or-Ner”, “Is-Salom”, “Lev-Yehudi”, “Lev-Ami”;
- também foram introduzidas muitas combinações livres mais ou menos bem-formadas, de palavras existentes, por exemplo, “Or-Stav”, “Orgad”, “Pne-Gil” e “Biron”, “Pri’on”, “Gal-On”;
- e, finalmente, foram cunhados neologismos completos, isto é, palavras hebraicas que não existiam, embora fossem possíveis, principalmente em termos fonotáticos. Por exemplo, “Opaz”, “Bodan”, “Bagon”, “Miraz”, “Olsan”, “Bon”, “Sol”, “Savran”, ou “Bats”.

Assim, a execução da segunda fase do ato de substituição, primeiramente levou a uma ruptura completa de um código onomástico existente. Apenas depois e após um processo imperativo de institucionalização, ocorreu um aumento substancial na capacidade do próprio código, em termos tanto de repertório como de normas produtivas da produção de sobrenomes.

Algumas Características dos Nomes Substitutos

Todavia, nem todo item hebraico possível ou existente adquiriu – mesmo bem no início do período, antes de poder ocorrer qualquer institucionalização propriamente dita - o mesmo status de candidato à adoção como substituto de um sobrenome que foi abandonado. Um exame superficial de um *corpus* aleatório de milhares de nomes substitutos revela padrões bastante claros de preferência em termos da aceitabilidade de substituir o conteúdo verbal por novos sobrenomes hebraicos.

Em primeiro lugar, eram preferidos itens curtos aos mais longos, e cada vez mais isso ocorreu no decorrer do tempo. Obviamente, há uma forte correlação positiva entre essa preferência e a crescente evitação de compostos. A preferência resultante por palavras isoladas, por sua vez, levou à necessidade ocasional de cunhar novos itens a fim de vencer a falta inerente de “palavras de conteúdo” curtas no léxico hebraico em geral, especialmente monossílabos (por exemplo, “Bon”, “Sol”, “Tsim”).

Além disso, houve uma tendência acentuada no sentido de escolher como nomes de substituição, os itens estilisticamente marcados (por exemplo, "Paz" e mesmo "Segor", em vez do "Zahav" não marcado). Entre eles, palavras de origem aramaica (por exemplo "Enasatov", "Nun", "Tourey"), por um lado, e muitos dos neologismos, especialmente em nível de palavras compostas (por exemplo, "Nirgad", "Menipaz"), por outro, também foram bastante destacados.

Esta última tendência também pode ser associada com uma forte preferência pela originalidade (ou singularidade), que servia para impedir a adoção de muitos itens de substituição possíveis, pelo motivo de que já tinham sido escolhidos como sobrenomes por outras pessoas. Essa tendência, sem dúvida, deu mais uma contribuição à abundância de novas cunhagens – tanto palavras isoladas como compostas curtas – entre os nomes substitutos.

No nível semântico, parece ter havido preferências por itens lingüísticos pertencentes a certos domínios (tais como topônimos e eventos históricos israelenses, ou fenômenos naturais e implementos e atividades agrícolas). Além disso, estas preferências sem dúvida passaram por consideráveis mudanças durante o período em questão. Infelizmente, este aspecto nunca foi estudado de maneira sistemática.

Todos esses, e muitos outros princípios que governaram a aceitabilidade de itens da língua hebraica como sobrenomes (substitutos), obviamente refletem os interesses da cultura emergente, no que tange às representações superficiais do conceito "hebraico moderno" no domínio dos sobrenomes. Não é, portanto, uma surpresa que a maioria dos nomes substitutos tenha sido vista como tendo um status especial dentro daquela cultura. Para os membros da cultura em cristalização, a composição singular desses nomes era um sinal bastante claro do fato de que eram realmente derivados, substitutos de itens de outra cultura e língua que tinham prioridade tanto cronológica como lógica sobre eles.

A Tendência a Conservar Traços dos Nomes Substituídos

Havia, contudo, muito mais envolvido nesse status, pelo menos em uma parcela substancial dos casos. Pois, por paradoxal que pareça, os interesses da nova cultura também incluíam uma tendência bastante acentuada de manter invariantes certos traços dos nomes originais. Essa tendência não foi bastante forte para interferir na necessidade de abandonar os nomes originais como tal. Todavia, marcou certa tensão entre o desejo de romper com o membro negativamente marcado da oposição básica, e o

desejo de manter em aberto certa linha de comunicações com o menos desfavorável dos elementos, que eram representados pelos nomes originais, provavelmente em primeiro e mais importante lugar, o da solidariedade familiar.

Esta tendência a manter intactas certas características de nomes abandonados, mais do que justifica um desejo de identificar os relacionamentos entre os sobrenomes substitutos e substituídos, e reconstruir os procedimentos envolvidos nos atos de substituição, que muitas vezes são bastante fáceis de detectar com base na produção e na entrada dos processos e nas relações entre os dois.

As Relações entre os Sobrenomes substitutos e substituídos

Os dois principais tipos de relações que foram encontrados entre os membros dos pares de nomes substitutos+ substituídos são semânticos, por um lado, e fonéticos por outro:

- (1) equivalência referencial entre os dois itens. Este tipo de relação representa uma tentativa de manter intacto um núcleo semântico. Esta equivalência é, geralmente, parcial e não plena, não apenas devido às diferenças inerentes entre as línguas "alvo" e "fonte", mas também devido às normas que governam as representações de superfície dos sobrenomes substitutos como tais (cf. supra), que reduzem ainda mais a taxa inicial de (inter)variabilidade semântica. Exemplos para esse tipo de substituição seriam : "Schwartz" → "Sxori", "Saxor"(ou "Uxmani", onde foi selecionado um equivalente referencial aramaico, para satisfazer os princípios de marcação estilística e originalidade), "Rosenstein" → "Even-Sosan", "Rosenberg" → "Har-Sosanim";
- (2) similaridade fonética, que reflete a tentativa de reter uma parte maior ou menor dos sons do nome original (com preferência acentuada pelos iniciais e/ou terminais, por um lado, e pelas consoantes do nome substituído, por outro), sob a condição adicional de que resulte uma palavra em hebraico – existente, ou ao menos possível – (e compare o conceito de Forster sobre "tradução superficial" (1970:91) e a discussão desse fenômeno em Tourey, 1980: 44-45). Assim, por exemplo, os nomes "Rosenfeld", "Rosowski", Reis", "Brazowski", Rozanski", "Rosenmann", "Reismann", "Rosenbach", "Rosenkopf", "Resnikovic", "Rizik", e muitos, muitos outros, foram todos substituídos pelo monossílabo hebraico existente (que também é um elemento estilisticamente marcado!), "Raz", enquanto que os nomes "Bernstein", "Ginzberg" e "Yaroslowski" foram substituídos, respectivamente, pelas palavras "Baran", "Gazov" e "Yaron", não-existent, embora fonotacticamente possível. (2).

A Hebraização de Sobrenomes como um Caso de Tradução

Para muitos lingüistas e filósofos da linguagem, seria impensável sequer a associação em si de nomes próprios qua nomes próprios com a tradução. Neste ponto, a argumentação seria essencialmente esta: “o significado de um nome próprio se baseia em uma convenção ad hoc”, e por este motivo, “não tem poder de generalização e, portanto, não pode ser aplicado produtivamente”, de modo que, na realidade, “qualquer nome poderia ser a tradução” de qualquer outro nome (Sciarone, 1967). Já que, em outras palavras, todos os nomes próprios deveriam, em virtude dos traços lógico-semânticos da própria categoria, ser concebidos como completamente intercambiáveis, a afirmação é, de fato, de que a associação entre nomes próprios e tradução é teoricamente vazia.

Em Prol de um Conceito Cultural-Semiótico de Tradução

Mesmo se esta linha de raciocínio é válida do ponto de vista lógico, a sua validade é estremecida no momento em que se abre a perspectiva para incluir as circunstâncias sob as quais são usados os nomes próprios – e substituídos. Pois a falha principal da abordagem daqueles lingüistas e filósofos da linguagem não é que falte lógica a essa linha, mas que evita os fatores que estão em situação de realmente condicionar a intercambiabilidade dos nomes (veja, por exemplo, Neubert, 1973; Gläser, 1976; Zimmer, 1981; Cap.III). De fato, não é difícil demonstrar que tanto os nomes próprios como a tradução passaram por reduções grosseiras na abordagem lógica, provavelmente em primeira linha para “uma apresentação organizada”. Assim, o seu conceito de nome próprio é completamente dissociado da existência de códigos onomásticos (cf. supra), enquanto que a tradução é concebida como equivalente ao estabelecimento de relações interlinguais semânticas, se não exclusivamente referenciais.

De qualquer forma, uma coisa que o presente trabalho demonstrou claramente, com base em um tipo de nomes próprios, está longe de confirmar a afirmação feita pelos teóricos logicamente orientados. Ao contrário, parece que, pelo menos sob certas circunstâncias, a saber, quando a prática de substituição de nomes em si é uma instituição cultural, revelam-se muitas regularidades, de modo que o que nós não obtemos (ou apenas marginalmente) é precisamente aquela intercambiabilidade global de todos os nomes (ou mesmo daqueles itens que pertencem a um código onomástico específico, que aqueles estudiosos estão tão interessados em

considerar. Em lugar disso , obtemos uma seção com um padrão do todo possível, que é governado por regras(ou, melhor ainda, por normas).

Com certeza, o caso da hebraização de sobrenomes é um exemplo quase perfeito de tradução, conforme os princípios de determinada marca de teoria da tradução, a cultural-semiótica (3) (Toury, em fase de publicação), que por sua vez, oferece o melhor arcabouço teórico para a sua descrição e explicação (e veja, também, Even-Zohar, 1981^a).

O ponto de partida para qualquer observação dentro de tal teoria, que é de natureza funcional-relacional, é que uma tradução será tomada como qualquer manifestação que é apresentada ou considerada como tal do ponto de vista intrínseco da cultura na qual se situa, por qualquer motivo que seja . Tal abordagem, orientada para um sistema alvo, não apenas é justificada, como também é bastante inevitável, uma vez que as implicações de natureza teleológica do processo de tradução (Toury 1980: 15-17) tenham sido completamente tratadas. Dessa forma, as traduções serão concebidas como sendo produzidas em primeira linha em nome dos interesses da cultura receptora prospectiva, e definitivamente não nos interesses da entidade fonte, para não falar na cultura/língua fonte, a não ser que, é claro – para fins definidos dentro do sistema alvo - esses também façam parte dos seus interesses (e veja a aplicação desses princípios para a definição de “tradução literária” em Toury, 1984).

Como já discutimos, os interesses atendidos por qualquer ato de substituição de sobrenome são, também, invariavelmente, aqueles da cultura receptora. Isso em si, todavia, não é uma justificativa suficiente para contar esse tipo de transferência entre a “família” de traduções (Toury, 1980: 18). A fim de podermos fazer isso, devemos primeiro verificar qual é o status dos nomes que estão fazendo a substituição na cultura receptora e se existe qualquer justificativa para considera-los traduções com base naquele status.

O Status dos Sobrenomes Hebraizados como Traduções

Já indicamos que, com base na composição singular somente da grande maioria dos sobrenomes hebraizados, os membros da cultura hebraica emergente em Eretz Israel tendiam a marcar aqueles nomes como entidades derivadas, substituições de itens do tipo de sobrenome que pertenciam a outra cultura e língua, e tinham prioridade cronológica, bem como lógica, sobre eles. Isso, é claro, aproxima os sobrenomes hebraizado bastante da definição básica – de fato, de praticamente qualquer definição – de traduções como entidades semióticas. A associação desses nomes com a

noção de tradução, da forma pela qual funcionou dentro da cultura receptora, foi ainda mais forte do que isso, devido ao fato de muitas das características de suas representações de superfície (cf. supra) se aproximarem muito de afirmações de outros tipos de texto que foram transferidos através de barreiras culturais/lingüísticas, e para a cultura hebraica, mais notadamente aquelas que foram abertamente denominadas “traduções” (sobre o qual veja Toury 1977; abstract em Inglês; cf. Toury 1980: 122-139).

Serem considerados como predicados de dois lugares é sem dúvida característico de fenômenos tradutórios segundo qualquer observação, em qualquer arcabouço teórico. Isso significa que a “marcação tentativa de uma entidade de cultura alvo forçosamente inclui não apenas a suposição de que realmente haja outra entidade do status primário descrito acima, mas também que haja vigência de alguns relacionamentos observáveis entre os dois, com uma invariante em um ou mais de um nível implícito (4). Em outras palavras, de um ponto de vista cultural-semiótico, entidades consideradas traduções, por qualquer motivo que seja, são concebidas como “funções que mapeiam afirmações em língua alvo, juntamente com a sua posição nos sistemas alvo relevantes, sobre declarações em língua fonte, e sua posição análoga” (Toury, no prelo a: Seção 3).

E, de fato, em muitos dos casos, os membros da cultura hebraica nativa emergente poderiam identificar também as “funções de mapeamento”, isto é, as relações entre os sobrenomes de substitutos presentes e os sobrenomes substituídos ausentes, juntamente com as características que foram mantidas intactas, e – aplicando essas funções aos nomes hebraizados – reconstruir, de maneira reversa, os nomes originais que poderiam ter estado por detrás deles; por completo ou pelo menos em parte.

A possibilidade de tal reconstrução, e de uma reconstrução “correta”, mesmo, baseava-se em conhecimentos compartilhados, quanto às possíveis línguas fonte e paradigmas culturais, inclusive uma ordem hipotética do seu domínio como línguas/culturas fonte, no período em questão, os tipos de invariante que foram preferidos durante a execução do ato de substituição e, finalmente, as normas que governavam as representações de superfície dos sobrenomes substitutos e que causavam deslocamentos da realização “ótima” daquela invariante, que teria sido o equivalente à taxa inicial de “traduzibilidade” dos nomes substituídos sob tais condições.

A reconstrução de todos esses itens de conhecimento cultural é, naturalmente, uma parte integrante de qualquer estudo da hebraização de sobrenomes, como no caso do estudo cultural-semiótico de qualquer tipo de tradução. Não é de admirar, então que também se descubra que a ordem dos procedimentos de descoberta e justificativa que foram aplicados aos sobrenomes hebraizados na seção anterior, correspondem inteiramente aqueles advogados para e justificados no nosso “arrazoado de estudos descritivos de tradução” estabelecido segundo as linhas da teoria cultural-semiótica da tradução (última versão até agora: Toury, no prelo, a).

Concluindo: acredito que não apenas foi demonstrado o poder descritivo-explicativo da teoria cultural-semiótica da tradução para explicar determinado tipo de transferência transcultural, como também foi lançada nova luz sobre o quadro teórico subjacente, em si, que ainda está lutando para ser reconhecido.

The Porter Institute for Poetics and Semiotics
Tel Aviv University
Tel Aviv, Israel

Notas:

1. Por exemplo, em todos os sistemas de nomeação pessoal de dois nomes (isto é aqueles que consistem de um primeiro nome, ou nome(s) dado(s) e um sobrenome, ou os seus equivalentes), os dois membros do par paradigmático bem como sua combinação (sintagmática) em um nome “completo” ou “oficial” (não importa qual a ordem de sua ocorrência na combinação), referem-se às oposições básicas que realizam:
+/- denotando um membro de uma família
+/- denotando ser membro de uma família
(cf. Blanár, 1969: 84-85).
2. Obviamente, também havia uma grande gama de combinações ou meios-termos entre, essas duas alternativas básicas; por exemplo, “Orinowski” → “Ben-Or”, “Fruchtmann” (ou “Fruchter”) → “Perry” (em Hebraico, F e P são representados pelo mesmo grafema), ou “Schwartz” → “Saxar” (em qual caso a similaridade fonética é a um equivalente referencial mediador, tal como “Sxori”).
3. A semiótica da cultura é concebida (conforme Jurij Lotman e seus colegas soviéticos) como aquela disciplina designada para explicar “toda a atividade humana(...) envolvida no processamento, troca e armazenamento de informações” dentro da cultura, onde a própria cultura é tomada como a “correlação funcional de diferentes sistemas de sinais”, à disposição de uma sociedade e seus membros individuais, que torna a produção de todas aquelas

situações que tenham valor de comunicação para a comunidade em questão não apenas possível, mas principalmente – significativa (Lotman et al., 1975: 57).

- 4 Deve ser observado que não é uma existência fatual (para não falar da produção propriamente dita) de uma entidade “fonte” e/ou um conjunto de assim-chamados “relacionamentos tradutórios” “que é necessário para o estabelecimento funcional de uma entidade de cultura “receptora” como uma tradução. É apenas a suposição da sua existência que serve como fator de definição do ponto de vista do sistema cultural “alvo”. E compare o caso especial de pseudotraduções em que jamais podem ser produzidas afirmações de fonte fatual (Toury, 1983; 1984: Seção V). De modo análogo, há sempre a possibilidade da existência de sobrenomes pseudo-hebraizados.

Referências

- BLANÁR, Vincent (1969). Das spezifisch Onomastische. In Hornung, 1969, I: 81-87.
- BOURGEOIS-GIELEN, H. (1969). La motivation des changements de nome de famille en Belgique au Xxe siècle et les dispositions légales en cette matière. In Hornung, 1969, II; 193-200.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (1981). The emergence of a native Hebrew culture in Palestine: 1882-1948. *Studies in Zionism* 4: 167-184.
- (1981a). Translation theory today: A call for transfer theory. *Poetics Today* 2(4): 1-7.
- FORSTER, Leonard (1970). *The Poet's Tongues: Multilingualism in Literature*. London: Cambridge UP.
- GLÄSER, Rosemarie (1976). Zur Übersetzbarkeit von Eigennamen. *Linguistische Arbeitsberichte* 13: 12-25.
- HORNUNG, Herwig H. (1969). (ed) 10.internationaler Kongress für Namenforschung: Abhandlungen. Wiener Medizinischen Akademie.
- LOTMAN, J.M., Uspenski, B.A., Ivanov, V>V., Toporov, V.N. e Pjatigorskij, A.M. (1975). Theses on the semiotic study of cultures (as applied to Slavic texts). In *The Tell-Tale Sing: A Survey of Semiotics*, Thomas A. Sebeck (ed), 57-84. Lisse: Peter de Ridder.
- NEUBERT, Albrecht (1973), Name und Übersetzung. In *Der Name in Sprache und Gesellschaft: Beiträge zur Theorie de Onomastik*. Berlin: Akademie-Verlag.

NICOLAISEN, W.F.H. (1980). Onomastic dialects. *American Speech* (55(°): 36-45.

SCIARONE, Bondi (1967). Proper names and meaning. *Studia Linguistica*, 21(2): 73-86.

TOURY, Gideon (1977). *Translational Norms and Literary Translation into Hebrew, 1930-1945*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotic. (em Hebraico).

- (1980), *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics.
 - (1983) Pseudotranslation as a literary fact: The case of Papa Hamlet. *Ha-sifrut/Literature* 32:63-68 (em Hebraico).
 - (1984). Translation, literary translation and pseudotranslation. *Comparative Criticism* 6:73-85.
 - (no prelo). Translation: a cultural-semiotic perspective. In *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, Thomas A. Sebeck (ed.) Berlin: Mouton.
 - (no prelo a). A rationale for descriptive translation studies.
 - In *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*, Theo Hermans (ed). Croom Helm.
- ZIMMER, Rudolf (1981). *Probleme der Übersetzung formbetonter Sprache: Ein Beitrag zur Übersetzungskritik*. Tübingen: Niemeyer.

Em busca de leis para a atuação tradutória

Gideon Toury

A investigação das leis é característica de todas as ciências... Embora a natureza de tais “leis”, seu status e as normas de sua formulação, acessibilidade e aceitabilidade tenham sofrido mudanças ao longo da história, chegar até elas continua sendo um objetivo inalterado. Nenhuma atividade científica, de fato nenhuma “teoria”, é concebível sem elas. (Even-Zohar, 1986,75)

É preciso admitir que poucos esforços conscientes foram investidos até o momento no estabelecimento de leis que regulem o “complexo de problemas reunidos em torno do fenômeno do traduzir e das traduções” (Holmes, 1988,67). No entanto, não vejo razão para que a busca por leis não deva fazer parte dos horizontes desta área, visto que os Estudos Tradutórios aspiram dar conta do comportamento tradutório não apenas em sua dimensão social e individual, mas também na composição dos textos traduzidos e nas relações que podem ser obtidas entre eles e seus originais. Afinal de contas, “a fusão de leis, uma vez possibilitada pelas condições específicas de uma ciência, é universalmente considerada como um verdadeiro avanço”(Evan-Zohar 1986,75). Tal busca parece igualmente desejável do ponto de vista dos ramos aplicados da disciplina - ensino de tradução, críticas de traduções ou ainda a formação de políticas coerentes relativas à tradução - a ponto de que os fundamentos destas atividades favoreçam um embasamento na realidade e não algum tipo de idéia fantasiosa.

Por si própria uma empreitada nobre (e necessária), nenhuma lei pode ser estabelecida pela simples enumeração de tudo o que é inicialmente possível em atos (ou textos) que são apresentados e/ou considerados tradutórios, nem mesmo através de uma listagem ordenada de tais possibilidades. Para tomar um exemplo singelo: ao encontrar uma metáfora viva e decidir, por qualquer motivo, considerá-la como uma unidade de

tradução, a pessoa sempre terá a seu dispor um conjunto fechado e não um número infinito de modos de atuação. Além disso, é fácil determinar uma estrutura lógica ao processo de exame da lista e seleção entre as opções nela presentes. Por exemplo:

I. *substituir* vs. *não substituir* (i.e. omitir)

1. se substituir, então por: *uma metáfora* vs. *não- metáfora*

A. se substituir por uma metáfora viva, então por: *uma metáfora viva* vs. *metáfora morta*

i. se substituir por metáfora viva, então por: *a mesma* vs. *metáfora diferente*

a. se substituir pela mesma metáfora, então por: (etc)

b. se substituir por uma metáfora diferente, então por... (etc)

ii. se substituir por uma metáfora morta, então por: ... (etc)

B. se substituir por uma não-metáfora, então por: ... (etc)

Independentemente do complexo tema de sua validade psicológica, exposições sob a forma de fluxogramas como esta são, sem sombra de dúvida, teóricas por natureza: tanto as opções como a lógica de seleção são governadas por um raciocínio sistemático. Ainda assim, estas exposições não são leis propriamente ditas, uma vez que a bifurcação em seus vários nódulos parece oferecer opções livres e completamente imotivadas do tipo *ou - ou*. As listagens de possibilidades iniciais parecem ser neutras quanto a qualquer fator que possa afetar a tomada de decisões em situações da vida real: desde as duas línguas envolvidas no ato e suas relações genéticas e/ou históricas, passando pelos textos em que se inserem os itens problemáticos, os modelos subjacentes a estes textos e a tradição a que pertence cada modelo e texto, através de quaisquer aspectos inerentes ao “cérebro” bilíngüe e/ou atos de mediação lingüística, chegando ao conceito geral de tradução subjacente ao ato em questão, que é sempre governado por normas e, portanto, específico de uma cultura.

Por outro lado, as diretivas também não podem servir de leis, mesmo quando disfarçadas sob a forma de princípios de validade geral (como freqüentemente o são). De fato, diferentemente de listas de possibilidades iniciais, as formulações normativas são muitas vezes acompanhadas de fatores modificadores, mas isto nem sempre é motivo suficiente para atribuir-lhes status teórico. Permanecendo em nossos

exemplos de metáforas vivas que são consideradas unidades tradutórias, aquilo que seria classificado como “diretivas” não se limitaria a prescrições rasas ao estilo do dogma de Peter Newmark (1981,93) que diz a respeito de escolhas (ênfase nossa) de baixo nível (I.1.A. i. acima):

a *imagem* de uma metáfora original, diferentemente de uma metáfora em estoque, *deveria normalmente ser transferida* [na tradução]

mas também a formulações mais sofisticadas tais como a visão de Mary Snell-Hornby (1988,59) de escolha do nível mais alto, a saber,

se uma metáfora... deve ser traduzida.. *deve depender* da estrutura e da função da referida metáfora dentro do texto em questão (ênfases do autor).

Na verdade, formulações como estas nada mais são do que recomendações: enquanto contêm um claro desejo de promover certos modos de atuação, o comportamento que recomendam pode se aceitar ou rejeitar, ser seguido ou ignorado na realidade da prática profissional,. Assim, enquanto determinam o que os tradutores “deveriam fazer, sob pena de...” (na opinião dos responsáveis por sua formulação), não há absolutamente qualquer certeza de que a diretiva se baseie ou até mesmo reflita, qualquer regularidade de atuação). Além disso, apesar do tom de autoridade com que freqüentemente são apresentados, sequer garantem que ignorar uma recomendação necessariamente envolverá em sanções sociais ou outras. Em outras palavras, as diretivas não criam necessariamente novos padrões de atuação, com a exceção possível da sala-de-aula, que é, contudo, bastante marginal e anormal em termos de relevância sócio-cultural. ¹

O cisma entre a atuação real e a recomendada manifesta-se sempre que uma diretiva (situações em que costumam ser usados verbos modais do tipo “deve” e “tem de” ou seus antônimos) é reformulada afirmativamente - e o valor de verdade da formulação resultante é submetida a exame:

Dogma de Newmark: “a imagem da metáfora original ... É NORMALMENTE transferida [na tradução]

Será mesmo? E, como por vezes acontece, qual é o valor do modificador “normalmente”? Ele realmente implica “a maioria dos casos” ou simplesmente os casos que realmente podem ser marcados por Newmark e aqueles que aceitam suas normas?

Formulação de Snell-Hornby: “SE uma metáfora... É realmente traduzida... DEPENDE da estrutura e da função da referida metáfora no interior do texto em questão.”

Como saber se esta formulação é verdadeira sem recorrer à atuação de tradutores de carne e osso? O que fazer, se o procedimento verificado contradisser completamente esta máxima?

A falta de uma opção recomendada na lista de modos de atuação inicialmente possíveis exigiria, é claro, uma ação imediata em nível teórico, ou seja, uma revisão de toda a lista. Essa revisão não ocorreria, se fosse comprovado que a opção é inicialmente impossível, apesar de ter sido recomendada, o que envolveria um tipo diferente de atividade teórica. No entanto, isto não confere a uma recomendação um status especial de um ponto de vista teórico. Afinal de contas, se faltar na lista de modos de atuação inicialmente possíveis um tipo qualquer de procedimento, então seria necessário exigir o mesmo tipo de revisão, mesmo quando a legitimidade de um ou outro procedimento é questionada por um ou outro quadro teórico. De fato, até mesmo se tiver sido questionado por todas as abordagens normativas até o momento, ainda assim sua existência deveria ser justificativa suficiente para incluí-la entre o conjunto de opções inicialmente possíveis.

A série de opções “existentes” e “recomendadas” emerge, portanto, como subconjuntos da lista de modos inicialmente “possíveis” de atuação tradutória, no entanto cada uma delas abrange um princípio constitutivo diferente, empírico versus normativo. A posição de cada subconjunto no que diz respeito à série inteira de possibilidades é, pois, direta. O que não é dado são as relações entre os dois subconjuntos, de modo que seu estabelecimento requer esforços conscientes de pesquisa e é sempre pertinente a casos específicos isoladamente.

Sem dúvida, a posição de um modo de atuação no repertório de tradutores reais bem que poderia ser considerada um fator crucial na seleção para recomendação. No entanto, isto não parece ser a regra. Mesmo quando são priorizadas nos estudos, as regularidades no emprego de procedimentos reais dificilmente são levadas a sério como base para a formulação de diretivas. Pelo contrário, um motivo importante para a formulação de pronunciamentos normativos é o desejo expresso de provocar mudanças “no mundo”. Voltemos a nosso exemplo. Diferentemente de Newmark e Snell-Hornby, o estudioso Menahem Dagut examinou exaustivamente os procedimentos empregados em um considerável número de metáforas em tradução (Dagut 1976; 1978, 91-120). Contudo, as generalizações por ele formuladas não foram o resultado imediato das regularidades constatadas. Ao invés disso, foram filtradas através de uma concepção *a priori* do que seria considerado uma tradução

mais (ou menos) “aceitável” enquanto solução tradutória, o que permitiu a Dagut declarar “saber mais” do que os tradutores cuja atuação estudou. Esta atitude explica o fato de que as generalizações por ele expostas sob a forma de um roteiro de atuação fossem apresentadas como princípios de validade geral e não limitadas às duas línguas que de fato estudou, hebraico como LF e inglês como LA².

É óbvio que investigações explanatórias - descritivas de traduções são necessárias não apenas quando se busca aproximar as extensões aplicadas da disciplina à vida real. Elas formam também um vínculo vital na elaboração da própria teoria, em um tipo de processo helicoidal. O que reforça esta tese é a exigência que os Estudos Tradutórios estejam em condições de abordar exaustiva e sistematicamente três tipos de questões que divergem quanto à abrangência e nível:

1. tudo o que a tradução PODE, em princípio, envolver;
2. o que REALMENTE envolve, sob quaisquer circunstâncias, juntamente com AS RAZÕES para este envolvimento, e
3. o que tem PROBABILIDADE de envolver, sob um ou outro conjunto de condições.

Embora o primeiro nível indubitavelmente produza um verdadeiro arcabouço teórico, ele é o mais elementar em termos de uma teoria da tradução. O segundo nível, por sua vez, é equivalente a um programa geral do ramo descritivo da disciplina. Contudo, somente quando os potenciais iniciais incluídos em (1) tiverem sido modificados pelo conhecimento factual diversificado acumulado em uma série de estudos (2) é que será fornecida uma base ampla para buscar suplementar descrições e explicações exaustivas com certas predições, conferindo assim o status teórico apropriado aos Estudos Tradutórios. Seguindo esta tendência, (3) refere-se novamente ao ramo teórico, contudo de uma forma bem mais elaborada. Afinal de contas, conforme a filosofia de ciência nos ensinou, uma investigação é um processo através do qual um conjunto de hipóteses “que é em algum aspecto insatisfatório é modificado e transformado em um novo sistema. Se a investigação é bem sucedida, o sistema resultante é menos insatisfatório do que o original”, tanto em termos de “completude de informação” quanto de “evitação do erro” (Hilpinen 1988, 16).

É este tipo de teoria encadeada que parece ser o perfeito abrigo para as leis que estamos procurando. De fato, do modo como eu a vejo, a teoria da tradução não pode ser libertada do ângulo em que foi confinada

enquanto não perder sua neutralidade quanto aos múltiplos fatores que afetam a tradução de um lado e, de outro, enquanto resiste a todas as tendências de substituí-la por listas de formulações normativas constituídas arbitrariamente.

A teoria almejada adquiriria assim uma natureza probabilística, de modo que cada lei, quando revelada e formulada adequadamente, teria uma forma condicional do seguinte tipo básico:

se X, então a maior/menor probabilidade de Y.

O estabelecimento de leis condicionadas é, por certo, inconcebível a não ser que as condições sejam primordialmente especificáveis. Por outro lado, é impossível formular até mesmo uma única lei sem primeiramente especificar as condições apropriadas. Assim, diferentemente das diretivas que atualmente dominam a área, nossa busca por leis considera com toda a seriedade a necessidade de estabelecer regularidades de atuação de uma série sempre crescente (e sempre diversificada) de estudos. Dedica-se também a isolar aqueles fatores que desempenham um papel na tradução e determinam seu impacto no processo e em seus resultados. Esta é a justificativa principal para minha constante insistência (mais recentemente em Toury 1991b) quanto ao papel vital das investigações descritivo-explanatórias da tradução para a evolução da disciplina, bem como a posição primordial do ramo descritivo (Delabastita 1991). O que tenho em mente aqui não são apenas estudos de observatórios, mas também experimentais, onde as diferentes variáveis que podem atuar como fatores condicionantes são bem mais fáceis de controlar e os próprios estudos possam ser reproduzíveis, pelo menos a princípio.³

Isto não significa que cada estudo de um *corpus* ou de um problema, quer de caráter observatório ou experimental, seja -ou até mesmo deva ser realizado com vistas a uma revisão da teoria. Longe disso. Contudo, é fato que as descobertas de pesquisas bem executadas sempre se apóiam nos quadros teóricos das teorias em que se baseiam e contribuem para sua verificação, refutação ou modificação - sejam as implicações teoricamente relevantes levantadas pelos próprios pesquisadores ou então por outros agentes, em geral teóricos de orientação empírica.

Observado de um ângulo diferente, este processo evolutivo traz consigo uma transição gradual de um quadro teórico parcial para uma teoria geral da tradução; isto é, pela introdução do princípio no qual é baseada a restrição de um quadro teórico específico - meio, hierarquia, tipo de texto, tempo, problema, etc - até chegar à própria teoria, voltando-se aos parâmetros que governam a probabilidade de adoção de uma ou outra

estratégia, a ocorrência de um ou outro fenômeno lingüístico-textual ou o estabelecimento de uma ou outra relação de tradução.

É desnecessário dizer que uma teoria assim refinada possibilitará a execução de estudos ainda mais elaborados que, por sua vez, terão base na teoria e a tornarão ainda mais intrincada e assim por diante, chegando-se a uma compreensão cada vez melhor das maneiras em que a tradução e os tradutores, enquanto indivíduos e membros de grupos sociais, deslocam-se dentro das inúmeras restrições a eles impostas e produzem textos com a aparência e função que observamos. Nesse processo de refinamento será necessário isolar não apenas um número cada vez maior de fatores condicionantes, mas estabelecer também as suas interconexões. Em consequência, a formulação de cada lei assumirá gradualmente a seguinte forma multicondicional:

Se X_1 , e/ou X_2 , e/ou... X_N , então maior a probabilidade de Y , enquanto que se Z_1 , Z_2 , e/ou... Z_n , menor é sua probabilidade.

O que transformaria a teoria da tradução em uma verdadeira série de hipóteses interconexas, mutuamente determinantes. Por certo, uma progressão deste tipo é afortunadamente infinita, de outra maneira alguém poderia ser facilmente acusado de prever o fim da disciplina já desde seu início. A teoria da tradução pode assim ser vista como um tipo otimista de teoria, constantemente na busca do refinamento das descrições e explicações obtidas em seu arcabouço, enquanto aperfeiçoa a probabilidade de suas predições.

O que fiz até agora redundava no seguinte: primeiramente defendi a conveniência em se estabelecer um conjunto de leis teóricas que possibilitarão dar conta de cada tipo de procedimento tradutório encontrado na vida real, bem como de predizer com razoável precisão os modos de atuação sob condições definíveis. Então especifiquei aquilo que jamais poderia ser qualificado de lei (a saber, listas de possibilidades iniciais de um lado e diretivas formuladas arbitrariamente, de outro), examinando o método pelo qual as leis do tipo requerido poderiam ser estabelecidas, juntamente com sua formulação apropriada. Por fim, abordei a possibilidade de usar leis de atuação tradutória e até mesmo de manipulá-las para as necessidades e objetivos das extensões aplicadas dos Estudos Tradutórios, especialmente da formação de tradutores.

Permitam-me agora citar, através de uma exposição que gradual e em parte exemplificada, uma lei básica constatada por décadas de pesquisa sobre a atuação de tradutores em vários níveis e em várias culturas,

juntamente com algumas de suas ramificações. Em sua forma mais geral, sem especificar condições, a lei reza:

Em tradução, os textemas tendem a ser convertidos em repertoremas.

O fundamento lógico subjacente a esta formulação é suficientemente simples: em toda a comunidade, fenômenos de vários tipos, sejam lingüísticos ou não lingüísticos, que possuem valor semiótico para seus membros, são codificados. Conjuntos de itens codificados formam repertórios, isto é, agregados governados por relações sistêmicas que determinam a relativa disponibilidade de itens para certos usos dentro da cultura da comunidade. Um *repertorema* seria qualquer signo, independentemente do grau hierárquico e abrangência, que faz parte um repertório institucionalizado. Quando um repertorema é recuperado e colocado em uso real, isto é, inserido em um determinado texto, ela ingressa em uma rede singular de relações intratextuais. Um mesmo item ou vários aspectos podem participar de diversas estruturas intratextuais, o que aumentaria ainda mais seu status textêmico. A partir deste breve relato, nossa lei básica pode ser reformulada da seguinte maneira:

Em tradução, relações textuais são freqüentemente modificadas, por vezes até totalmente ignoradas a favor de opções (mais) habituais oferecidas pelo sistema-alvo.

O que isto realmente significa é que a dissolução de relações intratextuais envolvida na tradução está longe de ser temporária, caracterizando, por assim dizer, a fase inicial do processo que inevitavelmente envolve uma decomposição do TF.⁴ Mais exatamente, a desintegração dos padrões do TF nunca é plenamente reparável. Conseqüentemente, seus traços ainda podem ser percebidos após a fase final de recomposição ter sido completada, especialmente sob uma observação comparativa do TA e TF (implicando, entre outros, que podem envolver bem mais do que a chamada “transferência negativa”). Esta é uma das muitas razões porque textos traduzidos freqüentemente manifestam maior padronização do que suas fontes: padrões textuais decompostos são normalmente reconstruídos a um grau menor do que é inicialmente possível.

Observe o sintagma inglês *drifting up*, que tem baixa probabilidade de ser colocado com *lawn* e *vines*. No co-texto a seguir, esse sintagma foi parte de uma rede figurativa implicando *a race over hurdles* (veja partes em itálico), logo elevado a status sistêmico (grifos adicionados):

The lawn started at the beach and ran toward the front door for a quarter of a mile, jumping over sundials and brick walks and

burning gardens - finally when it reached the house *drifting up* the side in bright vines as though *from the momentum of its run*.
Fitzgerald 1972,12-13)

Esta foi a maneira como *drifting up* e seu uso *ad hoc* e metafórico foi traduzido para três línguas diferentes:

TA₁: (Alemão): *emporrankte*

TA₂: (Francês): *comme emportée*

TA₃: (Hebraico): (kedei) letapes[=(a fim de) subir]

Todas as três traduções empregaram - independentemente, devo acrescentar - itens de seus repertórios lingüísticos que podem ser colocados de forma muito mais habitual com as respectivas substituições de *lawn* e/ou *vines*, tornando a estrutura textual geral em questão consideravelmente mais solta. Uma formulação alternativa de nossa lei seria a seguinte:

Em tradução, os itens da TA são normalmente selecionados em um nível inferior ao das relações textuais estabelecidas no TF.

Examinemos, por exemplo, a passagem de “Rocky” utilizada por Anderson et al. (1997) para ilustrar as diversas interpretações possíveis de um trecho em termos de estruturas de conhecimento ou esquemas:

Rocky slowly *got up* from the mat, *planning* his escape. He hesitated a moment and thought. Things were not going well. What bothered him most was *being held*, especially since the *charge against him* had been weak. He considered his present situation. The *lock that held him* was strong, but he thought he could *break it*.

Cada um dos TAs polares em alemão, fornecidos por estudantes de tradução de Heidelberg e apresentados na conferência de Leipzig pelo Professor Kurt Kohn, é sem dúvida muito mais simples do que o texto-fonte em inglês, que - destituído de informações de fundo - permite duas leituras:

TA₁: “Ringkampf” (Luta romana)

Rocky gelang es, langsam von der *Matte* wieder *hochzukommen*. Er *versuchte*, sich zu *befreien*. Einen Augenblick lang *zögerte* er und *überlegte*. Er stand nicht gerade gut.

Am meisten ärgert ihn, daß er sich in einem *festen Griff* befand; dabei war der *Angriff* eher schwach gewesen. Rocky konzentrierte sich auf seine Situation. Der *Griff*, mit

dem er gehalten wurde, war zwar stark, aber er war überzeugt, daß er ihn würde *brechen* können.

TA₂: „Gefängnis“ (Prisão)

Langsam *stand* Rocky von seiner *Pritsche* (Matraze) *auf*. Er plante seinen *Ausbruch*.

Für einen Moment zögert er noch und dachte nach. Die Dinge hatten sich nicht gerade gerade gut entwickelt. Das schlimmste war, daß er jetzt *im Gefängnis saß*; dabei war die Anklage eher schwach gewesen. Er konzentrierte sich auf seine augenblickliche Lage. Das *Schloß* war zwar stark, aber er war überzeugt, daß er es würde *knacken* können.

Sob certas circunstâncias, a ambigüidade inerente a um TF pode até ser considerada funcional, isto é, ser parte de uma estrutura semântica geral do texto. Sob tais circunstâncias, qualquer tentativa de remoção da ambigüidade (um traço compartilhado pelos dois TAs em alemão) resultaria em uma simplificação ainda maior, na medida em que envolveria uma dissolução irreparável de relações textuais cada vez mais intrincadas. Duplicar o experimento de Kohn de forma controlada - i.e., fazer com que sujeitos com *backgrounds* diferentes traduzam o trecho sobre Rocky em uma multiplicidade de línguas - pode iluminar o assunto em discussão. Por exemplo, por motivos que ultrapassem o alcance deste artigo, a opção “Gefängnis” parece emergir como a não-marcada entre dois modos de retirada de ambigüidade. Contudo, pertencer a uma determinada subcultura em cujo repertório o nome Rocky é portador de funções habituais pode fazer o prato da balança pender para a opção “Ringkampf”. Mais uma vez, não seria despropositado pressupor que certos TAs - como os produzidos por tradutores inexperientes, por exemplo, que freqüentemente recorrem a unidades de tradução bastante pequenas - deixariam de apresentar “pureza” em termos da remoção de ambigüidade, mas produziriam uma mistura de elementos pertencentes a ambas estruturas organizadoras.

Tudo isso e muito mais deporia a favor do fato de que as decisões de tradução tendem a ser feitas em um nível que é inferior ao do texto inteiro e à rede de relações que o constitui. Além disso, as todas variáveis envolvidas no experimento mencionado acima (tais como idade, extensão e tipo de bilingüismo, experiência prévia em tradução de diferentes tipos e para diferentes objetivos) são consideradas elementos que governam a atuação tradutória e portanto apresentadas como condições em uma formulação mais elaborada da lei. Apesar desse fato, a lei de conversão de

textemas a repertoremas pode também ser transformada em condição acima do nível do conhecimento prévio ou experiência dos tradutores enquanto indivíduos - por exemplo, recorrendo-se às hipóteses culturais-semióticas de Even-Zohar, apresentada pela primeira vez em 1978. Assim, parece existir uma correlação perceptível entre o grau de flexibilidade (ou rigidez) com a qual a lei adere à um determinado tipo de (sub)cultura e à posição da tradução nela, tanto quanto um tipo de atividade como um conjunto de textos, tais como:

Quanto mais periférico seu status, tanto mais a tradução se acomodará aos modelos e repertórios estabelecidos.

Isto significa que, somente quando a centralidade é atribuída à tradução e/ou traduzir a lei dará sinais de rachadura, dentro de uma cultura (por exemplo, com respeito a textos pertencentes a diferentes tipos) ou sob observação através de culturas (por exemplo, tradução literária na Inglaterra e em Israel), incluindo diferentes períodos na história de uma cultura (por exemplo, a tradução para o hebraico na Alemanha do Iluminismo e modernamente em Israel).

Um número maior e mais direcionado de estudos é obviamente necessário para determinar que outros fatores existem que podem reforçar (ou enfraquecer) a operação de nossa lei bem com estabelecer abstrações sobre passagens de textos mais longas, um *sine qua non* para a possibilidade de estabelecer mapas mentais tanto dos TFs quanto dos TAs (Holmes 1988, 81-91). Pareceria, então, que circunstâncias sócio-culturais especiais não são suficientes para romper os grilhões de nossa lei. Provavelmente também são exigidos esforços cognitivos especiais por parte do tradutor, caso se queira atingir a adequação tradutória, entendida aqui como a reconstrução por meio da LA da rede de relações que constitui um texto LF.

É desnecessário dizer que tradutores individuais são sempre produtos de determinadas culturas e sociedades. Portanto, as interconexões entre fatores cognitivos e ambientais também deveriam ser estabelecidas enquanto atos isolados de tradução bem como em relação à emergência e evolução de tradutores, tanto sob circunstâncias “naturais” (Toury 1986) e como no sistema de formação profissional. Assim, é evidente que capacidades cognitivas básicas são universais, mas pode bem ser que a maneira como elas se manifestam em casos individuais é sócio-culturalmente determinada, ou então seriam imediatamente marcadas como desviantes de formas dominantes de comportamento, com todas as implicações que se seguiriam.

Por último e não menos importante, está claro que na tradução os repertoremas também são convertidos em textemas, ainda mais que o produto final é realmente identificável como um texto (conceito que implica uma rede interna de relações textuais). No que diz respeito a textos traduzidos, os textemas podem, é claro, ser resultantes de uma reconstrução (de redes de relações do TF) ou de uma construção (de redes *ad hoc*). Dessa forma, uma análise detalhada conduzida por Itamar Even-Zohar (1975) demonstrou minuciosamente como um padrão semântico presente no "Spleen" de Baudelaire ("Quand le ciel bas et lourd"), em que o céu, comparado à tampa de um recipiente, verte um dia negro sobre o mundo, desaparece da tradução hebraica e em seu lugar surge a imagem detalhada de uma tumba. Tanto o TF quanto o TA são, pois, altamente intrincados, ricos em elementos de status sistêmico, contudo seus princípios constitutivos são muito diferentes.

Por certo, é necessário tomar cuidado para não conjugar automaticamente a obliteração de uma estrutura do TF e a introdução no TA de uma rede diferente de relações textuais. Não podemos considerá-las como um par, testemunhando aquilo a que alguns ingenuamente se referem como "compensação". As duas práticas podem ser independentes e refletir dois conjuntos completamente diferentes e desconexos de considerações sobre a tradução, como parece ter sido o caso no poema de Baudelaire. As relações entre a obliteração dos padrões textuais do TF e a introdução de novos no TA não são, pois, uma quantidade dada. Ao invés disso, devem estar sempre sujeitos à investigação, não apenas do ponto de vista do produto final como possível hipótese explanatória, mas também do ponto de vista do processo que o origina como uma possível estratégia de tradução.

A teoria de tradução que se desenvolve gradualmente emerge como um outro ponto de vista otimista, devido à possibilidade de tomar as leis formuladas em seu interior como base para uma manipulação consciente. Assim, embora uma teoria certamente não esteja preocupada em produzir mudanças no mundo de nossa experiência, precisamente uma das vantagens das leis propostas aqui é o fato de que elas podem ser projetadas para as extensões aplicadas da disciplina, principalmente para a didática da tradução. Uma vez formulada uma lei, ela pode ser transmitida como uma forma de conhecimento, acompanhada dos fatores condicionantes e tudo o mais. A partir desse ponto pode-se ensinar a maneira adequada de proceder, não apenas de acordo com a lei (que é o que se busca fazer, de outra forma dificilmente teria emergido como lei), mas também contrariamente a ela, se

parecer apropriado como exercício ou outra razão qualquer (Toury 1980). Só que dessa vez pode-se estar plenamente consciente do desvio de padrões prevalentes de atuação e pronto para assumir as conseqüências.⁶

Obviamente, uma decisão de conscientemente recorrer à compensação como estratégia de tradução seria considerada uma manipulação da tensão entre textemas e repertoremas, que também pode ser transmitida a iniciantes. Voltando pela última vez a nosso exemplo da metáfora, pode-se então fazer o exercício de desistir da reconstrução de toda a metáfora viva que se encontre em uma passagem e em seu lugar recorrer ao estabelecimento de outras metáforas TA, localizadas em outro ponto. Desta forma, a ocorrência de metáforas vivas, até mesmo de densidade metafórica seria mantida como um traço textual, o que resultaria em dar prioridade às considerações globais sobre as locais, embora pagando um certo preço em termos de correspondência em escala pequena.

Um próximo passo manipulativo mais geral pode ser o de promover uma tradução adequada, apesar do fato de que tenha tido um papel marginal na prática. Nesse caso, a diretiva seria:

substituir textemas do texto LF por combinações ad hoc de relações textuais equivalentes às encontradas naquele texto e itens TL capazes de preencher funções textuais equivalentes.

mesmo se, em conseqüência, resultassem certos desvios dos repertórios-alvo, com possíveis repercussões sobre a aceitabilidade do TA, seja como um texto LA ou uma tradução para ela. De outra forma se perceberia que a lei de converter textemas em repertoremas prevalecera mais uma vez, não obstante a tentativa de interferir na operação. Nesse último caso, haveria o ganho de uma consciência aguçada da natureza básica da lei- isto, e o reconhecimento do fato crucial que cada decisão tomada em uma tradução tem seu preço em outro ponto, o que - para mim - é o arcabouço conceitual mais importante para a formação de tradutores. (Toury 1992).

Notas:

1. Observe, por exemplo, o uso de dicionários em traduções: enquanto o uso de dicionários unilíngües costuma ser normalmente recomendado em escolas e universidades, tradutores - tanto inexperientes como profissionais - costumam usar dicionários bilíngües na medida da disponibilidade. (Tomaszcyk 1979, 106; Dechert e Sandrock, 1986, 117).
2. E veja uma crítica similar da excessiva generalização das conclusões obtidas por Uwe Kjær (1988) com base na análise exaustiva da tradução de metáforas do alemão para um determinado tipo de sueco in Toury 1989.

3. E compare minha discussão - do ponto de vista dos Estudos Tradutórios - de alguns avanços, perspectivas e armadilhas na aplicação de uma série de métodos experimentais ao estudo da tradução (Toury 1991a).
4. Sobre isso, veja também Even-Zohar 1990a.
5. Se esta condição for verdadeira, então a operação da lei ou o seu fracasso pode servir, inversamente, como um indício da posição assumida pela tradução, ou um certo segmento dela, no sistema alvo. Uma vez que a pesquisa descritiva demonstrou amplamente que esta lei dificilmente é desobedecida e mesmo então - e apenas de forma limitada - isto pode ser visto como a confirmação de outra das hipóteses de Even-Zohar 1978, a saber:
A tradução tende a assumir uma posição *periférica* no sistema alvo, geralmente empregando modelos *secundários* e servido como um fator importante de *conservadorismo*.
6. Andrew Chesterman discutiu recentemente como *deveria* pode ser derivado de *é* nos estudos sobre tradução (Chesterman, no prelo). Sua sugestão foi de basear a derivação do que denominou "leis normativas" sobre a atuação tradutória de "tradutores profissionais competentes". Infelizmente, no entanto, ele escolheu não tocar na questão crucial do que constituiria "profissionais competentes".

Referências

- ANDERSON, R.C., R.E. REYNOLDS, D.L. SCHALLER e E.T. GOETZ. 1977. Frameworks for Comprehending Discourse. *American Educational Research Journal* 14:367-381.
- CHESTERMAN, A. 1993. From "is" to "ought": Laws, norms and strategies in translation studies. *Target* 5(1):1-20.
- DAGUT, M. 1976. Can "Metaphr" Be Translated? *Babel* 22/1:21-33.
- _____. 1978. *Hebrew-English Translation: A Linguistic Analysis of Some Semantic Problems*. Haifa: The University of Haifa.
- DECHERT, H.W. and U. Sandrock. 1986. Thinking-aloud Protocols: The Decomposition of Language Processing. In *Experimental Approaches to Second Language Acquisition*, ed. V. Cook, 111-126. Oxford: Pergamon.
- DELABASTITA, D. 1991. A False Opposition in Translation Studies: Theoretical Versus and Historical Approaches. *Target* 3(2):137-152.
- EVEN-ZOHAR, I. 1975. Decisions In Translating Poetry. *Hisifrut? Literature* 21:33-45.

- _____. 1978. The Position of Translated Literature Within the Literary Polysystem. In *Literature and Translation: New Perspectives in Literary Studies*, ed. J.S. Holmes, J. LAMBERT and R. VAN DEN BROECK, 117-27, Leuven: Acco.
- _____. 1986. The Quest for Laws And Its Implications for the Future of Science of Literature. In *The Future of Literary Scholarship*, ed. G.M. Vajda and J. Riez, 75-79. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- _____. 1990. *Polysystem Studies*. Poetics Today, vo. 11(1). Durham: Duke University Press.
- _____. 1990a. The Textemic Status of Signs in Translation. In *Polysystemic Studies*, ed. I. Even-Zohar, 247-251, Durham: Duke University Press.
- FITZGERALD, F. S. 1972. *The Great Gatsby*. Harmondsworth: Penguin.
- HILPINEN, R. 1988. On Experimental Questions. IN *Theory and Experiment: Recent Insight and New Perspectives on their Relation*, ed. D. Batens and J.P. van Bendegem. Dordrecht etc.: Reidel, 15-29.
- HOLMES, S.J. 1988. *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi.

O que Torna um Spoonerismo (in)Traduzível?*

Gideon Toury

*Tradução: Cristiane Copetti Refinski,
Fabiano Bruno Gonçalves, Gizelda
Ribeiro da Silva, Guilherme Godinho
Kolling, Helena Maria Roennau Lemos,
Ilesca Holsbach, Jaçanã Ribeiro, Joana
Jurema Silva da Silva, Letícia Ludwig
Loder, Luciana Kaross, Marcela
Migliavacca, Mariana Lustosa, Marli
Rocha de Quadros, Natacha Enzweiler,
Vinicius Nunes Menti, Vivian Karla
Cunha Militão*

Revisão de: Éda Heloisa Pilla

Resumo: *Os jogos de linguagem são freqüentemente considerados um desafio especial para tradutores bem como para os Estudos da Tradução. No presente trabalho, um tipo de jogo de linguagem, o spoonerismo inglês, o seu equivalente em francês, a "contrepèterie", bem como uma de suas representações institucionalizadas na literatura, o "Schüttelreim" alemão, serão discutidos em termos de sua traduzibilidade inicial, por um lado, e seu comportamento real em situações reais de tradução, por outro. Será dada atenção especial à função humorística de tais jogos de linguagem, já que ela é normalmente percebida como parte essencial dos jogos de linguagem como tais, além de sua função evidente de colocar o foco sobre a expressão em si, uma função que ficou conhecida (não muito claramente)*

* Esta é uma versão revisada e ampliada de um artigo com o mesmo título, publicado nas Actes du Colloque International "Humour et Traduction", editado por Anne-Marie Laurian (Contrastes, Hors série T 2), 1986, 211-222. A primeira versão foi apresentada como um trabalho na conferência "Humour et Traduction, Paris, 13-14 de dezembro de 1985. Queremos agradecer a Anne-Marie Laurian, à Association pour le Développement des Études Contrastives (A.D.E.C.) e ao Centre de Recherche en Linguistique Contrastive (C.R.E.L.I.C.) em Paris, pela permissão de fazer uso dessa primeira versão.

como função “poética” no estudo de Roman Jakobson, “Linguística e Poética”.

Para o propósito deste trabalho, um **jogo de linguagem** consistirá em aplicar a um enunciado um tipo definido de regra, ou conjunto de regras, de natureza lingüística, ou seja, que pode ser explicitada em termos lingüísticos, mas que não possa ser invocada para usos normais, não jocosos, da língua. Estas regras são aplicadas para alcançar certos objetivos comunicativos específicos, dentre esses os que mais se salientam são o de chamar atenção para o enunciado como um segmento de língua organizado, revelando um sincretismo funcional (ou seja, a combinação de várias funções que se interseccionam em uma mesma unidade), produzindo efeitos jocosos.

1 - O Spoonerismo enquanto Jogo de Linguagem

1.1 - Spoonerismos e Lapsus Linguae (ato falho): Objetivos Comunicativos

Casos de spoonerismo (S)² como qualquer jogo de linguagem, freqüentemente se apresentam como enunciados curtos e relativamente independentes. Entretanto, também é possível encontrá-los em segmentos mais longos e mais complexos do texto, envolvendo vários usos da linguagem. Em virtude do sistema de relações no qual são introduzidos, tais Ss, como qualquer elemento constitutivo do texto, podem adquirir várias funções *ad hoc* que se sobrepõem, por assim dizer, às funções jocosas ou de chamar atenção, que cada exemplo poderia ter carregado isoladamente.

Mesmo que o humor provavelmente nunca seja obliterado, as tarefas comunicativas acrescentadas podem, isto sim, modificá-lo, colocando-o numa posição periférica na funcionalidade total do S dentro do texto no qual ele ocorre ou da situação onde ele é empregado. A seguir, um exemplo típico de um S contextualizado, usado de maneira jocosa:

- (1) Um certo professor em Oxford supostamente disse a um de seus alunos de graduação:

“You have *hissed* all my *mystery* lectures. In fact you have *tasted* two whole *worms* and you must leave Oxford this afternoon by the *Town Drain*.” (Huxley, 1944:91)

Ou, então, vejamos o seguinte parágrafo extraído de um romance canadense contemporâneo:

- (2) “When I was a kid, you had a gift for making me laugh...”
“Well, you’re no longer a kid,” Mr. Hersh said, bewildered, and let’s face it, it’s turned out you’re a *fart smeller*. Smart feller, I mean.”
(Richler, 1971:97-98)

É fácil ver que um *lapsus linguae* está na base dos segmentos em itálicos em ambos os exemplos e, portanto, do S, como um uso manipulador da língua. Os lapsos foram estudados por Sigmund Freud em sua obra, *Zur Psychopathologie des Alltagslebens*³, originalmente publicada em 1901. No exemplo que segue, Freud se reporta a um lapso de uma paciente sua, envolvendo as duas palavras *Taschenmesser* (literalmente, faca de bolso) e *Tassenmescher* (um palavra não existente em alemão cujo primeiro constituinte, *Tasse*, significa “xícara”):

- (3) “Ich klappe zusammen wie ein *Tassenmescher* – *Taschenmesser*,” sagte eine Patientin der Behandlungsstunde. (Freud, 1941:70)

Na realidade (1) aparece precisamente com esse tal lapso: o “certo professor de Oxford” a quem se atribui o triplo *lapsus linguae* na citação de Huxley é, na realidade, o próprio Reverendo Dr. William Archibald Spooner (1844-1930), que empresta seu nome a este tipo de metátese fonológica ou transposição.

Entretanto, é muito pouco provável que este enunciado, cuja grande complexidade sugere um planejamento meticuloso, represente um mero engano.

Seja o que for, a diferença básica entre um lapso genuíno e um jogo que emprega e manipula os princípios que lhe são subjacentes é, sem dúvida, a **intencionalidade**. Portanto, o que torna (3) um mero *lapsus linguae* é, antes de tudo, o caráter involuntário de sua produção. É óbvio que sua articulação no dado contexto situacional e verbal teve certas razões internas justificáveis, lingüísticas, psicológicas ou ambas. De fato, a paciente de Freud fez imediatamente a observação:

- (3’) “Ja, das ist nur, weil Sie heute ‘Ernscht’ gesagt haben.” (ibid:70-71)

(Literalmente: Sim, isto é porque você disse ‘Ernscht’ hoje)

Ao contrário, o lapso da paciente, com toda a certeza, não tinha objetivos “externos”, muito menos objetivos que se pudesse chamar de **comunicativos**. No máximo se esperaria que o falante estivesse prevenido com relação a tais lapsos em vez de produzi-los.

O mesmo não se aplica aos exemplos (1) e (2). Estes dois exemplos poderiam talvez passar por *lapsus linguae* por parte de seus

² Daqui por diante referidos como S para o singular e Ss para o plural.

³ Publicado em português com o título de “Psicopatologia da Vida Cotidiana”.

falantes fictícios no ato de comunicação interno, isto é, dentro do mundo ficcional onde são produzidos; na realidade, até mesmo esta possibilidade não vale para (2), tendo em vista o hábito de Mr Hersh de fazer chistes ao longo do romance. Não resta dúvida, entretanto, quanto a seu uso totalmente intencional *pelos autores* dos textos dos quais fazem parte. São, realmente, casos claros de jogos de palavras **intencionais** no sistema comunicativo externo, ou seja, aquele constituído entre autor e leitor, freqüentemente (embora não necessariamente sempre) por trás e às expensas dos personagens fictícios. Em (1), a produção de humor é provavelmente o único motivo para a ocorrência de uma série de lapsos repetidos, com o conseqüente objetivo de ridicularizar o “tal professor de Oxford” muito mais do que ele merecia (sobre uma sugestiva discussão médica do caso de Dr. Spooner, ver Potter, 1980). Em (2), o humor, ainda que localmente presente, está claramente sujeito às outras funções mais globais (isto é, textuais), contribuindo notavelmente para o processo pelo qual Mr Hersh se caracteriza e onde são gradualmente expostas as relações pai-filho. Tais funções parecem ser comuns a muitos Ss usados em prosa ficcional onde, normalmente, são alocados a personagens dramáticos e, portanto, ocorrem em diálogos em vez de narrativas. O mesmo se poderia dizer de (1), uma vez que se considera o relato de Huxley como ficcional.

1.2 - As Regras do Jogo: Transposições Fonéticas

Como foi indicado, há um claro princípio lingüístico na raiz do tipo de lapso que subjaz ao S, ou seja, “a troca de fonemas entre duas palavras diferentes, de modo que os fonemas parecem saltar sobre os segmentos intervenientes” (Mattson e Baars, 1992:152). Este tipo de metátese, contudo, não constitui uma regra da língua como um todo, ou de nenhuma de suas variedades reconhecidas, e, portanto, este princípio pode apenas ser considerado *quase* lingüístico. Em (3), foram trocados os sons entre duas palavras **adjacentes**, *Taschen* (bolso) e *Messer* (faca), o que parece ser um fato recorrente nos lapsos dessa natureza. Além disso, os próprios sons transpostos em (3) – as consoantes fricativas alveolar e palatal [s] e [ʃ] – compartilham muitos traços distintivos, podendo-se presumir que a sua **semelhança** provavelmente contribua para a troca dos dois sons neste caso particular; mas, essa semelhança fonética não parece ser necessária para que ocorra a metátese fonológica.⁴

⁴ Ver em Sobkowiak (1991:205-10) uma lista de sons intercambiados num corpus de 332 Ss (um grupo de Ss intencionais e lapsos não intencionais).

O princípio da troca do som também influenciou o jogo de palavras. Entretanto, em Ss intencionais ele se tornou um mero componente de um **conjunto de regras** completo, o que, acima de tudo, exige uma aplicação bastante rigorosa. Tanto a arbitrariedade inerente quanto a natureza restritiva dessas regras explicam por que a sua aplicação, bem como o resultado dessa aplicação, são invariavelmente reconhecidos como intencionais e, portanto, como jogos de palavras propriamente ditos. Assim,

- Ss jocosos, via de regra, não envolvem apenas palavras – mesmo que elas sejam adjacentes – mas *unidades sintagmáticas* que sejam sintática e semanticamente bem formadas;
- uma considerável quantidade de material lingüístico pode *intervir* entre os segmentos que tomam parte na troca, resultando num salto importante;
- os próprios segmentos transpostos são normalmente os *sons iniciais* (um ou mais por palavra) das palavras diretamente envolvidas no jogo, que não foi, necessariamente, o caso do lapso subjacente.

Por outro lado, na transição dos princípios “naturais” do lapso para as regras “arbitrárias” do jogo, alguns traços fonéticos dos sons intercambiados parecem ter perdido sua função restritiva assim como sua semelhança. Isto confere muito mais liberdade a quem produz o S intencionalmente. De fato, sem esta maior flexibilidade, a necessidade de se sujeitar a muitas regras logo poderia tornar o jogo quase impossível. Neste caso, o enfraquecimento da restrição fonética deveria ser considerado antes uma espécie de “mecanismo de sobrevivência” antes do que uma simples quebra de regras.

A regra de transposição que produz exemplos de Ss intencionais com propósitos jocosos, portanto, tende a envolver **quatro segmentos**, os quais podem ser um ou um grupo de sons. Dois segmentos mudam de lugar enquanto os outros dois permanecem (mais ou menos) intactos. Se o material interveniente for deixado de fora, e cada segmento que efetivamente toma parte no jogo receber um número, a fórmula básica da transposição pode ser representada como uma simples regra de “reescritura” do tipo:

$$1\ 2\ 3\ 4 \rightarrow 3\ 2\ 1\ 4$$

A seqüência inicial⁵ (SI) de segmentos (1 2 3 4) constitui o início do processo de transposição, e a seqüência final⁶ (SF) (3 2 1 4) o resultado. Em (2), tanto a SI (smart feller) quanto a SF (fart smeller) estão fisicamente

⁵ Ou “input”, doravante referida como SI.

⁶ Ou “output”, doravante referida como SF.

presentes no texto, ao passo que nos três Ss de (1) somente a SF é visível no fragmento (ex. "hissed... mystery", mas *não* "missed... hystory"). Como será sugerido abaixo, algumas vezes (parte da) SF, e não a SI, pode permanecer materialmente ausente do texto.

Em termos de nossa regra de reescritura, os dois exemplos (1) e (2) podem ser descritos como segue:

(1a) [m | ist]... [h | istəri] → [h | ist]... [m | istəri]

1 2 3 4 → 3 2 1 4

[w | eistəd]... [t | lə: mz] → [t | eistəd]... [w | lə: mz]

1 2 3 4 → 3 2 1 4

[d | aʊn | t | rein] → [t | aʊn | d | rein]

1 2 3 4 → 3 2 1 4

(2a) [sm | a:t | f | elə] → [f | a:t | sm | elə]

1 2 3 4 → 3 2 1 4

O padrão 1 2 3 4 → 3 2 1 4 aplica-se a mais de 80% dos Ss intencionais de minha coleta. Curiosamente, uma vez que o quarto (e último) som tende a permanecer no lugar, em todos os casos onde esta ordem se aplica também há **rima**. Em muitos casos a rima não se realiza, por exemplo, quando a SF constitui o enunciado. Entretanto, mesmo se a SI e a SF estiverem materialmente presentes no texto, a rima certamente deve ser considerada como um traço accidental, sendo um resultado inevitável da operação de um *outro* princípio. Ao mesmo tempo, é perfeitamente possível que tal traço concomitante seja adotado como um princípio em si e seja elevado a categoria de restrição legítima em variedades mais intrincadas do jogo. Um exemplo marcante disto é uso do S como uma técnica de formação de dísticos: ver seção 3.2. abaixo.

Outros tipos de transposição – por exemplo 1 2 3 4 → 1 4 3 2⁷ ou 1 2 3 4 → 4 2 3 1⁸ – existem, mas parecem ser bem mais raros. Em termos do

⁷ Um bom exemplo poderia ser *occupying* [my]pew → *occupew* [my]pie (Huxley 1944:91), com a palavra *my* como um elemento claramente interveniente. Numa apresentação mais formal:

[ɔkju | pai | iŋ] ([mai]) [pju:] → [ɔkju | pju: | iŋ] ([mai]) [pai]
1 2 3 4 → 1 4 3 2

⁸ Ilustrado por *Perlenk[ette]* → *Kerl im B[ette]* (Zimmer 1981:45), cuja descrição é a que segue:

[p | ɛrl | ɛn | k(ɛtə)] → [k | ɛrl | im | b(ɛtə)]
1 2 3 4 → 4 2 3 1

componente fonético da regra do jogo, pode-se dizer que eles representam um desvio da situação padrão. Por outro lado, os casos que mostram um desses padrões de variação geralmente se conformam melhor ao componente não fonético da regra. Neste aspecto não fonético da formação do S é que se concentra a seção seguinte.

1.3 - Além da Fonética: a Boa Formação como uma Restrição

As regras que geram o S não se reduzem somente à transposição de sons, mas também têm uma dimensão sintática e léxico-semântica. Isto se manifesta mais claramente na marcada preferência por **palavras legítimas** tanto na SI quanto na SF, isto é, palavras que são, pelo menos, possíveis na língua, se não itens lexicais realmente existentes. Além disso, estas palavras geralmente ocorrem em construções sintática e semanticamente bem formadas. Por outro lado, meros lapsos freqüentemente resultam em palavras não existentes – p.ex. *Tassenmescher* no exemplo (1) – que dificilmente farão sentido. Curiosamente esta tendência foi atestada na pesquisa experimental:

uma análise de 1723 erros [*genuínos*, G.T.] no *corpus* da UCLA (antecipações, persistências, reversões ou substituições) revelou que 60% dos erros resultaram em palavras não existentes. (Fromkin, 1980:6)

Por outro lado, quando os Ss são elicitados por meio de certas técnicas experimentais, parece que

os erros que resultam em itens lexicais reais... ocorreram com muito mais freqüência do que os erros nos quais o par resultante seria um par sem sentido... Isto ocorreu, entretanto, somente quando os pares de estímulo eram todos pares de palavras do léxico real. (ibid)

Desnecessário dizer que qualquer técnica de eliciação realiza pelo menos algumas das condições que no: permite considerar as respostas como exemplos de jogo de linguagem, mesmo se houver alguma justificativa para apresentá-los como lapsos.

A conformação a essas novas restrições – a preferência por palavras legítimas e por construções bem formadas – pode forçar o criador de um S a designar uma estrutura na qual o material intermediário inevitavelmente cria uma certa distância textual entre os segmentos que estão diretamente envolvidos na transposição (e as palavras das quais eles fazem parte). Entretanto, a proximidade nunca foi apresentada como parte de uma regra e, tal como a rima, que pode ocorrer no S (ver 1.2 acima), ela

é considerada, antes, como um tipo de efeito colateral ou subproduto. Isto não significa negar que, tal como a rima accidental, a possibilidade de estender todo o conjunto de regras a segmentos mais longos do texto possa ser usada intencionalmente ou mesmo elevada a uma genuína restrição sobre variedades específicas do jogo (ver 3.2 abaixo).

2 - S e Humor

2.1 - Graus de Sofisticação

A superposição dos requisitos léxico-semânticos e sintáticos no princípio básico da metátese fonológica parece um resultado quase inevitável do principal propósito comunicativo de um S jocoso, que é o de produzir efeitos humorísticos. A pesquisa (tanto especulativa quanto empírica) das relações entre a complexidade das regras subjacentes ao jogo de palavras e o grau de refinamento do humor resultante deixa muito a desejar. Entretanto, parece seguro presumir que os dois estão realmente correlacionados e que, numa cultura que favorece o trocadilho, intrincados jogos de palavras tendem a ser mais bem sucedidos como jogos de linguagem do que aqueles menos refinados.

Não é de admirar que a natureza multidimensional das regras de derivação dos Ss intencionais tem preferência sobre a unidimensionalidade dos Ss que imitam mais fielmente os princípios do *lapsus linguae*, por exemplo onde as SFs resultantes *não* constituem uma entidade lingüística legítima. Consideremos o caso seguinte, tirado de um monólogo cômico em hebraico, cujo objetivo é fazer os ouvintes rir em intervalos freqüentes, e que nada acrescenta em termos de valor:

(4) *švurit zxuxá*

A SI pode ser facilmente reconstruída como *zxuxít švurá*, que significa “vidro quebrado”. Quanto à SF, *švurít*, esta também poderia ter algo a ver com “quebrar”, se a forma existisse na língua. Assim, mesmo sendo uma palavra *possível* do hebraico, seu significado potencial é, no mínimo, obscuro. A segunda palavra da SF, *zxuxá*, é uma palavra (bastante rara) em hebraico, que jamais apareceria numa colocação com *švurít*. Mais difícil, ainda, seria atribuir um sentido específico a uma colocação tão improvável. Além disso, a expressão que constitui a SI, *sxuxít švurá*, não está segmentada de modo a ser reconhecida como natural por um falante de hebraico. Uma segmentação mais natural teria produzido uma SF como *šxuxit zvura* ou *švuxít zvurá* ou *svuxít zxurá*, mas isto tampouco seria satisfatoriamente explicitado.

Certamente, (4) está acompanhado de outros Ss ainda menos refinados. Alguns deles envolvem topônimos como a SI ausente mas facilmente resgatável, e palavras “nonce-words”⁹ como as SFs materialmente presentes:

(5) [*párdes xána*] *xárdes pána*

(6) [*párdes kátz*] *kárdes pátz*

O efeito acumulado de todos estes exemplos quase não chega a ridicularizar o personagem fictício encarnado pelo ator narrador; isto não é realmente um humor refinado em nenhuma circunstância.

2.2 - Fontes de Humor

Até certo ponto, sem dúvida, o humor reside na própria SF e deriva da maneira pela qual a SF se desvia do padrão verbal aceito, em termos de constituintes, colocação e/ou grau de familiaridade.

Portanto, sintagmas como *fart smeller* em (2) ou *taste worms* em (1) são, por assim dizer, “engraçados” em si mesmos, isto é, independentemente do contexto em que possam ocorrer, e também sua possível identificação como casos de Ss. O mesmo vale para casos como *švurít zxuxá* (4), daí esperar-se que a audiência do monólogo ria ao ouvi-lo pela primeira vez. Por outro lado, uma expressão como *Town Drain* em (1), em si bastante neutra, não atrairia atenção especial. Ela só poderia chamar a atenção do leitor, e produzir humor, por estar inserida num contexto específico. Neste caso, *Town Drain* é apresentada de forma cômica como o escoadouro da evacuação humana.

A presença de colocações com desvios ou de contextos irregulares, de modo algum esgota o potencial de humor de um S. Para a apreciação de todo o leque de efeitos humorísticos – na realidade para uma decodificação completa de um exemplo de S como uma mensagem multifuncional sincrética – o S deve ser identificado como um jogo. Na verdade, a mera identificação do jogo como tal não é suficiente. Em vez disso, o leitor ou ouvinte deve deduzir as regras que geraram a SF e, no caso de esta estar materialmente ausente do texto, ele terá que aplicá-la inversamente para construir uma SI. A propósito, a satisfação que obtemos dessa operação intelectual ajuda a explicar por que mesmo casos como *xárdes pána* (5) ou *kárdes pátz* (6) podem produzir pouco efeito cômico.

Uma vez identificado o S como tal, o conjunto de regras subjacentes inferidas, e (se necessário) a SI reconstruída, mesmo nos casos

⁹ Palavras criadas deliberadamente, e uma única vez, para um determinado propósito, normalmente formadas por processos sintáticos reconhecidos pelas normas da língua. (N do T).

mais intrincados, uma nova e completa compreensão da SF torna-se possível ou é exigida, ou seja, uma interpretação que coloca a SF contra o pano de fundo da SI (reconstruída), jogando uma contra a outra. Dessa maneira, por exemplo, tanto *fart smeller* quanto *smart feller* constituem grande parte da carga funcional de (2). A esse respeito, pouca coisa teria mudado se *smart feller* não estivesse explicitamente presente no texto: tanto *in presentia* como *in absentia*, ele constitui uma parte importante da mensagem total. A ocorrência da SI próxima da SF obviamente torna mais fácil para o leitor perceber o jogo e inferir as regras, mas não muda nada na essência, exceto, talvez, por tornar o jogo em si menos elaborado, o que, com certeza, se reflete na fala do personagem fictício, e não na do autor do romance, ou do narrador.

Em vista da necessidade de reconstruir a SI, o caráter específico das regras de derivação e suas aplicações restritivas (seções 1.2 e 1.3 acima) fazem muito sentido. Na verdade, extrair as regras e aplicá-las de trás para diante para chegar à SI é um procedimento que necessita de algum aprendizado, mas é relativamente simples de dominar.

3 - Algumas Variantes de S, ou Além do Jogo de Palavras como Tal

3.1 - Mais Dois Exemplos: “*Contrepèterie*” e Charada

Na maioria dos casos de S, a SI pode ser mais ou menos fácil de ser reconstruída, mas ainda estará fisicamente ausente do texto. Nesse caso, o jogo intencional não se distanciou realmente do *lapsus linguae* que subjaz a ele. Entretanto, como pudemos ver, também há casos onde tanto a SI quanto a SF ocorrem no texto, como parceiros na construção da mensagem total. A *contrepèterie* seguinte (a versão francesa do S) pode servir como outra ilustração; é um exemplo clássico tirado do capítulo XXI do *Pantagruel* de Rabelais:

(7) – Mais, (dist il), equivocquez sur “*A Beaumont le Viconte.*”

– Je ne scauroys, dist elle.

– C’est, (dist il), “*A beau con le vit monte.*”

(Literalmente: Mas, diz ele, produza um trocadilho sobre “To Beaumont the viscount.” – Não poderia, diz ela. – Ele diz, seria “for beautiful cunt the cock rises.”) (Em português: “para uma bela vagina o pênis levanta).)

A primeira vista, esse exemplo parece envolver um desvio grosseiro da regra de transposição básica. Entretanto, isto só acontece se cada um dos enunciados for dividido em 6 elementos (*A + beau + mont + le + Vi + conte*), onde a fórmula parece ser *1 2 3 4 5 6 → 1 2 6 4 5 3*. Mas, se a SI e a

SF forem divididas em somente 4 elementos (*A beau + mont + le Vi + conte*), o desvio desaparece e o padrão dominante de *1 4 3 2* surge na SF, em total conformidade com a regra.

De qualquer maneira, em casos como esse, o humor sem dúvida leva a melhor. O mesmo acontece com charadas como a que segue, onde são adotados os mesmos princípios básicos:

(8) “What’s the difference between a mouse and a young lady?” – One wishes to *harm* the *cheese*, the other to *charm* the *he’s*.” (Ferguson 1985:7)

3.2 - *Schüttelreim*

Em todos os casos tratados, o que há de comum é que os Ss ocorrem como manipulações “locais” do uso da língua. O próximo passo implicaria elevar este jogo a um princípio organizador de uma entidade textual maior, se não de um texto inteiro. Isto exigiria não só a presença da SI e da SF, mas também a sua combinação numa unidade textual de tipo reconhecido, por exemplo, um dístico.

Pares de versos spoonerísticos podem ocorrer esporadicamente em praticamente qualquer literatura. É, entretanto, na literatura alemã que o uso do S como um meio formador de dísticos tornou-se uma verdadeira institucionalização, transformando o que era inicialmente um aspecto acidental ou ocasional do texto, numa forma literária convencional reconhecida. Ela recebeu, na realidade, um nome especial, ou seja, **Schüttelreim** (ver, por ex. Liede, 1963: 112-15).¹⁰ A seguir, dois exemplos:

(9) Ich musste heute *leider klagen*,
weil ringsherum die *Kleider lagen*. (Palm-Nesselmanns 1960:11)
(Literalmente: Hoje, infelizmente, eu tive que me queixar /Porque as roupas estavam espalhadas por toda a parte)

(10) Was sollen uns die *Bowlen hier?*
Wir wollen und wir *holen Bier*. (ibid:21)
(Literalmente: Para que precisamos estas taças com frutas? / Queremos e vamos tomar cerveja)

Um *Schüttelreim* é, portanto, bem mais do que o mero encaixe de um caso de S num segmento maior do texto (o que, na realidade, nunca deixa de ser). Na verdade, ele envolve a ampliação das regras de derivação

¹⁰ A nomeação é, sem dúvida, um importante indicação da institucionalização, muito embora não seja absolutamente necessária para a existência de uma instituição dentro de uma cultura.

sobre um segmento textual predefinido, bem como sua projeção sobre posições fixas dentro desse segmento, ou seja, a parte final dos dois versos que constituem o dístico. Claramente, a rima (seção 1.2) aqui não é mais um aspecto accidental, mas uma verdadeira restrição à geração de textos de um tipo particular; por isso mesmo, nenhum texto será um exemplo bem formado dessa categoria se não houver rima. Dada a rigorosa exigência da rima, a ordem 1 2 3 4 → 3 2 1 4 parece ter aplicação bem maior do que apenas aos Ss, não raro até quase a totalidade dos mesmos.

Os dísticos spoonerísticos podem ainda encadear-se para formar textos mais longos, as vezes de até dezenas de *Schüttelreime* enfileirados. Aqui está um exemplo de 12 linhas:

(11) *Mitologia*

Kaum daß des Morgens *Schleier weicht*,
Aktäon sich zum *Weiher schleicht*,
Daß er, der Lust zu *frönen, schau*
Den Leib der göttlich *schönen Frau*
Dianen, schon zum *Bade backt*,
Die Wut gleich 'ner *Mänade packt*,
Als sie den allzu *Kecken dann*
Tief im Gebüsch *entdecken kann*.
Sie hat na ihm nicht *wirsch gehandelt*:
Ihn erst in einen *Hirsch verwandelt*,
Und dann, in ihrem *letzen Hassen*,
Von seinen Hunden *hetzen lassen*.

(Roth, 1977:704)

Seguidamente diz-se que (p.ex. Zimmer, 1918:44-45) num *Schüttelreim* bem sucedido, o primeiro membro do par é uma expressão simples e previsível, enquanto o segundo, às vezes chamado de “*réponse*”, envolve, ou pelo menos deveria envolver, uma certa surpresa. Contudo, ao estabelecer-se o uso do S como norma de um poema, talvez de todo um ciclo de poemas, o potencial de surpresa diminui consideravelmente. Em primeiro lugar, a “*réponse*” passa a ser, invariavelmente, esperada, já que coloca um obstáculo para se alcançar um efeito de surpresa. Em segundo lugar, quantas maneiras de gerar rimas spoonerísticas (semântica, gramatical e sintaticamente) bem formadas pode haver, dada a rigidez com que as regras do jogo devem ser aplicadas? Na realidade, quase que se poderia dizer que a diferença entre tratar-se de uma SI ou de uma SF tornou-se, agora, uma questão puramente técnica, ou seja, uma função da ordem em que as duas possam aparecer no texto. Desnecessário dizer que

isto tende a invalidar a idéia de uma construção cuidadosamente planejada, na qual a frase da SI (a expressão previsível) deve abrir caminho para a “surpresa” alcançada pela SF ou “*réponse*”.

Os requisitos prosódicos e as funções semânticas de um *Schüttelreim*, como uma entidade textual relativamente auto-suficiente, sem dúvida moderam o efeito jocoso do S simples que ele incorpora; muito mais em razão do material intermediário que separa a SI da SF. O humor, porém, parece nunca desaparecer completamente, mesmo quando for reduzido a uma função secundária, de modo que tentar compor um *Schüttelreim* sério deve ser uma tarefa verdadeiramente hercúlea. Na realidade, não importa o quanto o escritor tente ou pense que tenha tido sucesso, sempre haverá a possibilidade de o leitor ainda considerar o resultado humorístico, condicionado que está pela tradição na qual foi criado.¹¹

4 - A (in)traduzibilidade de um S

As regras que geram exemplos de Ss ou *contrepèterie* – ou mesmo *Schüttelreim* – baseiam-se numa série de traços lingüísticos que parecem universais: a noção de *som*, posição *inicial* versus *final*, *metátese*, *invariância* e *transformação* (bem como *invariância sob transformação*), *boa formação gramatical e semântica*, etc. Conseqüentemente, não se deve considerar que este tipo de manipulação fique confinado, em princípio, a uma língua em particular; o mecanismo que gera o S não é menos universal do que aquele que gera (digamos) metáforas ou frases (quase) sinônimas.

Ao mesmo tempo, pode haver, e freqüentemente há, uma considerável diferença quanto ao grau de habitualidade ou convencionalidade dos Ss e suas variantes no repertório de uma cultura. Assim, há culturas que elevaram o S a um *status* institucionalizado, ao passo que em outras culturas o S intencional ocorrerá muito raramente, se ocorrer. A diferença, entretanto, tem sua origem fora das estruturas da língua e da produção do texto como tal. Reduzindo ou aumentando a taxa de **aceitabilidade** da substituição de um S da língua-fonte por um na língua-alvo, esta questão não se prende à possibilidade “técnica” em si de “adotar o jogo de palavras”, seja em que língua for. Simplesmente, os Ss são transparentes, o suficiente, para se promover e expor suas regras

¹¹ *Schüttelreime* foram algumas vezes publicados junto com poemas pentassílabos jocosos (p.ex. o *Ins Schwarze* de 1968), que é uma prova a mais do firme elo entre *Schüttelreime* e humor na cultura alemã.

subjacentes, as quais podem ser, então, (re)ativadas – da maneira resumida na seção 2.2 – mesmo num ambiente cultural onde nunca tenha se adotado o jogo de palavras.

Portanto, não há nada no jogo e em suas regras subjacentes que pudesse tornar intraduzíveis exemplos de Ss, uma vez levados em conta o fator cultural do *status* convencional e aceitabilidade do jogo. Com isto não se nega, entretanto, que, quando se trata de traduzir uma *caso particular* de S da língua A, haja fatos, além daqueles associados ao hábito de uso desse jogo, que possam reduzir o potencial de retenção das características do S, traduzido para uma determinada língua B, apesar da universalidade das regras do jogo. O mais importante, dentre as restrições adicionais, parece estar ligado a dois parâmetros:

- até que ponto traços das expressões que constituem a SI e a SF originais são *específicos da língua*;
- a *importância* relativa dos aspectos das SIs e SFs (se fisicamente presentes ou não) para a mensagem total transmitida pelo S (ou pelo enunciado maior no qual está inserido); em outras palavras, sua importância dentro da interseção de todo o sistema de relações textuais no S e o correspondente conjunto hierárquico das funções.

Estes dois conjuntos de considerações, entretanto, têm muito pouco a ver com as particularidades do S enquanto S. Eles simplesmente representam uma versão diferente e mais específica de algumas das leis mais básicas de traduzibilidade, com especial ênfase na que define a traduzibilidade como uma operação inversamente proporcional à quantidade de informação manifestada por um elemento lingüístico-textual, e ao grau em que esta informação se estrutura num texto (van den Broeck, 1981:84, seguindo Even-Zohar, 1971). Certamente já se tornou um hábito presumir que a traduzibilidade é uma noção que apresenta *graus*, e não uma questão de *ou/ou*, aí incluindo-se os jogos de palavras (ver p.ex. Delabastita, 1994).

5 - O Comportamento de Exemplos de S ao Serem Traduzidos

5.1 - Traduzibilidade e Tradução

Qualquer que seja o grau inicial de traduzibilidade de um S para uma determinada língua de chegada, esse fator não é a única, e nem a mais forte, restrição na maneira na qual ele será tratado. Afinal, diferente da traduzibilidade, a tradução serve para preencher certas necessidades estabelecidas na e pela **cultura de chegada**, e se desenvolve de modo a

melhor servir os objetivos daquela cultura. Na realidade, é a cultura receptora que determina até que ponto um texto-fonte se relacionará à formação e formulação de sua tradução na língua de chegada, ou até que ponto a traduzibilidade potencial do texto-fonte se realizará em outra língua (Toury, 1995:12). Portanto, em qualquer enunciado da língua-fonte, diferentes tipos de operações tradutórias podem ser executados, resultando em várias traduções diferentes, onde cada uma recodifica, na língua-alvo, *somente parte* do potencial inicial de traduzibilidade desse enunciado naquela, e uma *parte diferente*.

Uma maneira eficaz de estabelecer os diferentes tipos de comportamento de um item que está sendo traduzido, cada um realizando parte do seu potencial de traduzibilidade, é comparar as várias traduções desse item, preferencialmente para uma e mesma língua, ou então (sujeito a certas correções necessárias) para línguas diferentes (p.ex., Reiß 1981; Toury, 1995:72-74). Este tipo de análise comparativa permite que o pesquisador note diferenças e semelhanças, podendo então tentar relacionar seus achados às restrições às quais cada tradutor parecer ter se sujeitado, especialmente as culturais e intersubjetivas, que passaram a ser conhecidas como **normas** de tradução (mais recentemente Toury, 1995:53-69). Infelizmente tal procedimento de pesquisa coloca certas dificuldades no caso presente, uma vez que não é tão fácil encontrar exemplos de Ss genuínos em mais de uma tradução (ver, entretanto, Zimmer, 1981: 44 ff).

Meu exame vai começar, portanto, na seção seguinte (5.2), retomando novamente o exemplo de *Tassenmescher-Taschenmesser* (3). Certamente, vou considerar este exemplo como um lapsus linguae involuntário, mas uma **citação** voluntária de tal lapso num texto científico (que foi o que, sem dúvida, *Zur Psychopathologie des Alltagslebens* de Freud pretendeu ser) com todos os objetivos decorrentes do seu *status* de citação. Esse exemplo oferece um ponto de partida adequado à nossa próxima discussão, não somente por haver várias traduções dos textos de Freud, mas também pela impossibilidade de qualquer intento cômico poder aumentar o seu grau de traduzibilidade inicial para qualquer língua. Realmente, como foi dito na seção 4, um elemento lingüístico-textual será mais traduzível se não contiver muita informação estruturada de forma complexa. No caso do relatório científico de Freud, o tipo de informação ligada à criação de humor será simplesmente neutralizado, de modo que sua retenção não constitui mais um problema real. Um maior grau de traduzibilidade certamente será benéfico para a nossa discussão, pois nos permite ver mais claramente o funcionamento de alguns dos *outros*

mecanismos que ocorrem na tradução de Ss. No entanto, é interessante enfatizar que essa maior traduzibilidade, de modo algum, reduz a diferença ontológica entre o potencial inicial e o comportamento real, tão importante para a minha linha de argumentação. Vai parecer, como se poderia esperar, que diferentes tradutores de Freud, aceitando diferentes conjuntos de normas, posicionaram seus textos em diferentes pontos do espectro das “possíveis” traduções.

5.2 - A Tradução do *Lapsus Linguae* “Tassenmescher”, de Freud

Para a tradução de um texto científico que contenha um enunciado do tipo S como (3), é possível imaginar dois métodos de tradução diametralmente opostos, os quais proponho chamar, de início, de **científico** e **comunicativo**. Essas opções representam, respectivamente, a orientação *formal* e a *funcional*, as quais já distingui antes, numa discussão sobre relações tradutórias. (Toury, 1980:94-99). Os termos *científico* e *comunicativo* refletem os diferentes objetivos a que tais métodos de tradução devem servir. Assim, uma abordagem “científica” do nosso enunciado daria grande importância à **autenticidade** do lapso citado, como uma ocorrência no mundo real, podendo tornar o texto (ou parte dele) ininteligível ao leitor médio da língua-alvo. No enfoque “comunicativo”, por outro lado, seria dada prioridade à **inteligibilidade** total do texto-alvo por parte de um leitor monolíngüe. Da mesma maneira, o tradutor estaria disposto a pagar o preço de ter que introduzir um *lapsus linguae* não autêntico, beirando a pura invenção, usando, enquanto possível mas não necessariamente, mais ou menos os mesmos princípios subjacentes ao erro original.

A tradução para o hebraico, de Zvi Voyslavski mostra o enfoque “científico” em sua forma mais pura. Ele simplesmente cita as palavras da paciente, não traduzidas (alemão) e inseridas num co-texto na língua -alvo (hebraico), combinando, portanto, o máximo de autenticidade com um nível apenas básico de inteligibilidade (para os leitores que não falam alemão):

(3a) *Ich klappe zusammen wie ein Tassenmescher* [Al.], bimkom [Heb.] Taschenmesser [Al.], omeret xola axat bi-txilat bikurah etsli bis'at avodati... [Heb.] (Freud 1942:64; meus parêntesis)

O outro extremo, a tradução “comunicativa” é exemplificado pela antiga tradução do estudo de Freud para o inglês, por Brill:

(3b) “I *sut* up like a pocket-knife,” disse uma paciente no início do tratamento, em vez de “I *shut* up.” (Freud, 1938:56)

A diferença entre essas duas abordagens parece refletir uma incompatibilidade básica entre as duas culturas receptoras e as normas de tradução que cada uma delas suscitou. Assim, Voyslavski deve ter prosseguido na sua suposição (parcialmente justificada) de que seus educados leitores de hebraico seriam capazes de identificar pelo menos os *princípios básicos* do *lapsus linguae* original (ao qual havia dado primazia, em seu enfoque “científico” da tradução de todo o livro), mesmo que nem todos fossem capazes de seguir sua *redação* exata. Por outro lado, Brill decidiu, por assim dizer, não dar nenhum tratamento direto ao lapso citado, o que criou de saída tantos problemas. Em vez disso, ele tomou o enunciado que havia servido como SI do lapso (“Ich klappe zusammen wie ein *Taschenmesser*”), traduziu-o como se ocorresse na situação dada, tomou o substituto em inglês – *shut up* – do verbo em alemão e aplicou a ele a mesma transposição de som [ʃ] → [s] como a que ocorreu entre as palavras originais *Taschenmesser* → *Tassenmescher*. Isto foi feito numa tentativa óbvia de estabelecer **coerência** dentro do próprio texto traduzido, tornando sua compreensão tão fácil quanto possível – o que não é senão outra faceta da orientação “comunicativa” geral de Brill. Na realidade, seguindo o texto de Freud, a mesma transposição ocorre de novo imediatamente, desta vez na justificativa dada pelo paciente:

(3'b) “Sim, isto aconteceu porque você disse “*earnesh*” em vez de “*earnest*.” (ibid)

Felizmente para Brill, *earnest* em inglês e *ernst* em alemão são semelhantes fonética e semanticamente. Conseqüentemente, o *earnesh* não autêntico do tradutor não é tão arbitrário quanto seu *sut*.

Não é de surpreender que, na sua versão da justificativa do paciente, o tradutor de hebraico novamente tenha preferido a autenticidade à inteligibilidade. Aqui também ele encaixa uma palavra alemã numa sentença em hebraico. Desta vez foi acrescentada (entre parêntesis) uma explicação que também é bilíngüe:

(3'a) “ken, kol ze ba rak mi-sum se-adoni amar-yomb [Heb.] *Ernscht* [Al.]” (ha-rofe amar [Heb.]: *Heute wird es also ernst* [Al.]). (Freud 1942:64)

É importante notar que o tradutor – confiando na cultura do leitor ou simplesmente desprezando a inteligibilidade total – nem se preocupou em especificar o que significa em alemão *ernst* ou *Heute wird es also ernst*.

Obviamente, um método combinado não é simplesmente outra possibilidade, mas com toda a certeza – aquele ao qual os tradutores recorrerão mais prontamente, neste e em outros casos. Qualquer abordagem

onde haja alguma concordância entre precisão “científica” e disponibilidade “comunicativa” para o leitor, pertenceria a essa categoria. Um exemplo típico disto seria a incorporação ao texto traduzido do lapso da língua-fonte como um elemento estranho, mas seguido de certa explicação, na língua-alvo, entre parênteses, numa nota de rodapé, ou de outra forma qualquer. Esse caminho intermediário entre duas variantes distintas foi tomado por S. Jankélévitch na sua tradução para o francês (3c) e por Alan Tyson na nova versão em inglês do livro (3d), que faz parte da *Standard Edition of the Complete Psychological Works* de Sigmund Freud:

(3c) “Je me replie comme un couteau de poche” (...wie ein Taschenmesser), veut me dire une malade au commencement de la séance de traitement. Seulement, au lieu de *Taschenmesser*, elle prononce *Tassenmescher*. (Freud, n.d.:71)

(3d) “Eu me calo como uma *Tassenmescher* [palavra inexistente] – digo, *Taschenmesser* [faca de bolso],” disse uma paciente no início da consulta. (Freud, 1960:62)

Há, obviamente, a possibilidade de que a diferença básica entre as abordagens exemplificadas pelas duas soluções em inglês (3d) versus (3b) – entre as quais há uma diferença de quase cinquenta anos – represente muito mais uma mudança de normas de tradução científica naquela cultura do que uma variante individual. No entanto, é necessário um volume bem maior de pesquisa antes de que possamos levantar uma hipótese tão ampla (Toury, 1995:38-39).

5.3 - A Tradução do S “*Fart Smeller*” de Richler

Voltemos agora ao exemplo em que o S faz parte um texto não-científico. Neste exemplo, a questão da autenticidade provavelmente perde terreno, ao passo que o efeito cômico – seja ele preponderante ou de caráter secundário – surge como parte da intenção comunicativa de forma que a sua reprodução se dê a partir de uma das restrições com as quais o tradutor pode querer trabalhar. Portanto, quando tal texto é traduzido, deve-se esperar uma variedade de soluções ainda maior do que as que discutimos até agora. (Ver p. ex. os possíveis “modos de tradução de jogos de palavras” sistematizados por Delabastita, 1987:148)

Aqui também, é claro, as duas alternativas extremas discutidas em 5.2 podem estar presentes. No entanto, é verdade que nesse caso pode-se hesitar na hora de usar o rótulo **científica** para designar a cópia direta do material da língua-fonte, ou sua transferência para um texto da língua-alvo

através da transliteração, mas isto não passa de uma questão de terminologia. De qualquer forma, parece mais certo presumirmos que, sob condições normais, os tradutores tenderão a optar por uma das possíveis abordagens **comunicativas**. Este tipo de escolha provavelmente resulta, antes de mais nada, da decisão inicial de produzir um texto sem marcas da língua-alvo.

Dentre as opções “comunicativas”, uma das mais proeminentes pode muito bem ser a substituição de um jogo de linguagem não spoonerístico diferente pelo spoonerismo original. Este fato, no entanto, não deve ser tomado como uma “prova” direta da dita baixa taxa de traduzibilidade do S substituído. Ao contrário, o que isto prova, acima de tudo, é o caráter da tradução como um processo de **tomada de decisão** juntamente com o princípio de que “tudo tem seu preço” (Toury 1992). No caso hipotético em questão, a retenção (de uma parte considerável) da *função* do jogo original como um elemento constitutivo de um texto teria sido preferível à retenção de sua identidade formal como um S e, muito mais, a retenção da substância lingüística que constitui a representação de superfície das expressões da SI e da SF do S original.

A abordagem oposta, que implicaria atribuir grande importância à *redação* das expressões da SI e da SF, e traduzi-las ao pé da letra, é igualmente possível no caso de um texto não científico também. Além disso, não há nada de mal na adoção de tal estratégia. Na verdade, este tipo de solução se assemelha a qualquer outra que manifesta uma abordagem reducionista da tarefa do tradutor, na medida em que fornece uma saída (mais ou menos elegante) para as dificuldades causadas pela multifuncionalidade de um elemento constitutivo do texto-fonte. Obviamente, qualquer tentativa de aumentar a traduzibilidade de tal elemento dentro do seu contexto verbal imediato requer uma redução do número de funções que seriam levadas em consideração no processo tradutório; somente em cada caso, a simplificação necessária das relações lingüístico-textuais, que se cruzam naquele elemento, se realiza de forma diferente, pois a precedência tende a ser dada a um subconjunto diferente de funções trazidas pelo elemento original.

Vejamos, agora, a tradução hebraica do trecho (2), citado acima, do romance canadense de Richler:

(2a) “kše-hayiti yeled, haya lexa kišron le-hatsxik oti...”

“Ki-xen, ata kvar lo yeled,” amar mar Herš, bi-mevuxa, “ve-hava nakir ba-uvda, hitbarer še-ata lo kol-kax *barnats mušlax*. Barnaš mutslax, ratsiti lomar.” (Richler, 1980:89)

Barnats é uma palavra que não existe em hebraico, e *barnats mušlax* uma expressão que não existe. Assim, não se pode atribuir a elas nenhum significado real, tampouco representar *fart smeller* como parte da mensagem do original. Por outro lado, *barnats mušlax* é apenas levemente engraçada (pelas razões discutidas em 2.2 acima), tampouco constitui propriamente um S. Ao mesmo tempo, está claro que o tradutor considerou como prioridade máxima que algum tipo de jogo fosse aplicado a uma possível substituição hebraica da expressão da SI *smart feller*, ou seja, *narnaš mutslax*.

Como na versão hebraica, a tradução francesa também inclui um trocadilho sofrível (*malin/molard*). Esse trocadilho é baseado em uma possível tradução de *smart feller* (ou seja, *un gros malin*), enquanto (*un gros*) *molard* é uma gíria de adolescentes para “large lump of spittle or sputum”:

(2b) “– Quand j’étais gosse, tu avais le don de me faire rire...”

“– Eh bien, tu n’est plus un gosse, dit Mr Hersh, ahuri.” “Et regardons les choses en face, tu n’es pas non plus *un gros molard*, je veux dire, *un gros malin*.” (Richler, 1976:89)

A solução francesa está realmente próxima de um *lapsus linguae*, mas ainda é um jogo de linguagem. Curiosamente, muito embora a literatura francesa conheça a *contrepèterie* como uma entidade estabelecida (ver 3.1 acima) que teria tornado uma substituição por um S muito mais aceitável do que em hebraico (ver 4 acima), a solução francesa (2b) incorpora um número ainda menor de traços de um S do que a hebraica. Essa situação um tanto surpreendente é uma clara evidência de que uma tomada de decisão esteve envolvido.

Tal prática – que implica dar prioridade a uma tradução à primeira vista da expressão da SI (aqui: *smart feller* → *gros malin*) – pode, às vezes, ser justificada, do ponto de vista do próprio texto-fonte. Esse é tipicamente o caso, quando a **função referencial** do enunciado da SI se sobressai entre uma gama de funções preenchidas pelo S; em outras palavras, quando o enunciado da SI do texto-fonte se refere a alguma entidade que não pode ser obliterada ou substituída sem causar um dano real à coerência e continuidade lógica do texto.

É importantíssimo lembrar, porém, que tal justificativa (orientada para a fonte) não é de modo algum necessária para que ocorra um verdadeiro ato de tradução. A esse respeito, o S não é diferente de qualquer outro tipo de elemento lingüístico-textual: nem a obediência a norma inicial de adequação (a exigência de que as relações textuais de um texto de uma

língua-fonte sejam reconstruídas através dos meios da língua-alvo), ou algum desvio da mesma, deve ser visto como algo normal (Toury, 1995:56-57). Tanto a obediência bem como a não obediência a norma inicial sempre devem ser levadas em consideração para cada caso específico. Isso só pode ser feito dentro de uma estrutura não normativa, ou seja, aquela que trata as traduções como realmente são, bem como os processos que as geram. Esse parece um processo bem mais produtivo do que somente lamentar o fato de que as traduções não são o que “deveriam ser”, e o que elas “poderiam ser” não é o que “deveriam ter sido”, de acordo com alguma noção pré-concebida de tradução, direcionada à proteção dos “direitos legítimos” do texto-fonte. Em outras palavras, em vez de tratar a traduzibilidade como um **potencial** estático, parece mais útil tratar a tradução como uma **atividade**, realizada por jogadores individuais dentro de um ambiente sociocultural e, largamente condicionada por esse ambiente.

Referências

- DELABASTITA, DIRK (1987). Translating Puns. Possibilities and Restraints, *New Comparison* 3: 143-59.
- DELABASTITA, DIRK (1994). Focus on the Pun: Wordplay as a Special Problem in Translation Studies, *Target* 6(2): 223-43.
- EVEN-ZOHAR, ITAMAR (1971). *Mavo le-te'orya šel há-tirgum há-sifrut* (introduction to a Theory of Literary Translation). Unpublished PhD thesis, Tel Aviv University.
- FERGUSON, JOHN (1985). Of Spooner, Spoonerism and Other Matters, *Verbatim* 11(4): 7-8.
- FREUD, SIGMUND (1938, 1914). *Psychopathology of Everyday Life*, trans. A.A. Brill, Harmondsworth: Penguin.
- FREUD, SIGMUND (1941, 1901). *Zur Psychopathologie des alltagslebens* (*Gesammelte Werke, chronologisch geordnet IV*), London: Imago.
- FREUD, SIGMUND (1942). *Psychopathologiya šel xayé yom-yom*, trans. Zvi Voyslavski, Tel Aviv: Massada.
- FREUD, SIGMUND (1960). *The Psychopathology of Everyday Life*, trans. Alan Tyson (The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud VI), London: The Hogarth Press.
- FREUD, SIGMUND (n.d.). *Psychopathologie de la vie quotidienne*, trans. S. Jankélévitch, Paris: Petite Bibliothèque Payot.

- FROMKIN, VICTORIA A. (1980). Introduction, in: VICTORIA A. FROMKIN (ed) *Errors in Linguistic Performance. Slips of the Tongue, Ear, Pen, and Hand*, New York, etc.: Academic Press, 1-12.
- HUXLEY, JULIAN (1944). Doctor Spooner: The Growth of a Legend, in: *On Living in a Revolution*, London: CHATTO & WINDUS. First published in *The Listener*, 31.12.1942.
- JAKOBSON, ROMAN (1960). Linguistics and Poetics, in: THOMAS A. SEBEOK (ed) *Style in Language*, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 350-77.
- LIEDE, ALFRED (1963). *Dichtung als Spiel. Studien zur Unsinnpoesie and der Grenzen der Sprache*, Vol. 2, Berlin: de Gruyter.
- MATTSON, MARK E. and BERNARD J. BAARS (1992). Laboratory Induction of Nonspeech Action Errors, in: BERNARD J. BAARS (ed) *Experimental Slips and Human Error: Exploring the Architecture of Volition*, New York & London: Plenum, 151-94.
- PALM-NESELMANN, C. (1960). *Schüttelreime. Neue Folge*, n.p.
- POTTER, JOHN M. (1980). What Was the Matter with Dr. Spooner?, in: VICTORIA A. FROMKIN (ed) *Errors in Linguistic Performance. Slips of the Tongue, Ear, Pen, and Hand*, New York, etc.: Academic Press, 13-34.
- REIß, KATHARINA (1981). Der Übersetzungsvergleich: Formen – Funktionen – Anwendbarkeit, in: WOLFGANG KÜHLWEIN, GISELA THOME and WOLFRAM WILSS (eds) *Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft. Akten des Internationalen Kolloquiums Trier/Saarbrücken, 25-30.9.1978*, München: Fink, 311-19.
- RICHLER, MORDECAI (1971). *St. Urbain's Horseman*, London: Weidenfeld and Nicolson.
- RICHLER, MORDECAI (1976). *Le cavalier de Saint-Urbain*, trans. Martine Wiznitzer, Paris: Buchet/Chastel.
- RICHLER, MORDECAI (1980). *Há-paraš mi-St. Urbain*, trans. Aharon Amir, Tel Aviv: Zmora, Bitan, Modan.
- ROTH, EUGEN (1968). *Ins Schwarze. Limericks und Schüttelreime*, München: Hanser.
- ROTH, EUGEN (1977). *Sämtliche Werke. Vol. 1. Heitere Verse*, München: Hanser.
- SOBKOWIAK, WŁODZIMIERZ (1991). *Metaphonology of English Paronomastic Puns*, Frankfurt am Main, etc.: Peter Lang.

- TOURY, GIDEON (1980). *In Search of a Theory of Translation*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, Tel Aviv University.
- TOURY, GIDEON (1992). Everything Has Its Price: An Alternative to Normative Conditioning in Translator Training, *Interface* 6(2): 60-72.
- TOURY, GIDEON (1995). *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- VAN DEN BROECK, RAYMOND (1981). The limits of Translatability Exemplified by Metaphor Translation, in: ITAMAR EVEN-ZOHAR and GIDEON TOURY (eds). *Theory of Translation and Intercultural Relations (Poetics Today 2:4)*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and semiotics, Tel Aviv University, 73-87.
- ZIMMER, RUDOLF (1981). *Probleme der Übersetzung formbetonter Sprache. Ein Beitrag zur Übersetzungskritik*, Tübingen: Max Niemeyer.

A Noção de “Tradução Presumida” Um convite a uma Nova Discussão ¹

Gideon Toury

Tradução: Éda Heloisa Pilla

Para Raymond em seu sexagésimo aniversário:
“and the wing of friendship never moults a
feather!”

Charles Dickens

Quem quiser enfocar a tradução sob o ponto de vista descritivo vai se deparar com a questão da delimitação do objeto de estudo, ou seja, o que levar em consideração e o que não levar. A etapa atual dos estudos de tradução torna essa questão impossível de ser respondida de forma direta. Não somente por ser a disciplina, hoje, uma série marcadamente heterogênea de paradigmas, os quais estão, na melhor das hipóteses, bastante desconexos, mas porque ainda permanece uma forte tendência a considerar os diferentes paradigmas como modos meramente alternativos de tratar “a mesma coisa”. O que não é, nem poderia se esperar que fosse.

Longe de ser um procedimento neutro, estabelecer um objeto de estudo é necessariamente uma função da teoria em cujos termos ele se constitui, sendo que aquela deve ser sempre ajustada para satisfazer certas necessidades. Seu estabelecimento e justificativa estão, portanto, intimamente ligados às perguntas que se deseja colocar, aos possíveis métodos de tratar os objetos do estudo tendo em vista aquelas perguntas e, naturalmente, o tipo de respostas consideradas admissíveis. O problema não é, exatamente, qual é o objeto, mas antes, o que seria aceito para *constituir* um objeto adequado, na busca de um certo objetivo, de tal forma que qualquer mudança de abordagem acarretaria numa mudança de objeto. Isso ocorre mesmo se todos os objetos forem enquadrados sob a mesma classificação: sejam eles a “tradução” ou o “traduzir”. Não é o *rótulo* que importa, mas o *conceito* a que se aplica - e conceitos só podem ser estabelecidos dentro de *sistemas* conceptuais. Infelizmente, ainda persiste a falsa rejeição de certos conceitos, por julgar-se insustentáveis dentro da

uma estrutura referencial que se designava a servir um propósito totalmente diferente.

A principal razão de meus estudos tem sido, há muito tempo, a convicção de que a posição e função das traduções (como entidades) e do traduzir (como um tipo de atividade geradora de um texto) para uma cultura-alvo, a forma que um texto traduzido deveria ter (e portanto as relações que o unem ao original), e as estratégias às quais se recorre durante a sua geração, não deveriam ser enfocados como fatos distintos. Em vez disto, e antes de tudo, são as suas *interdependências* que devem ser tratadas, visando descobrir regularidades com respeito às relações que se presume existir entre as funções, o produto e o processo; não apenas para casos particulares, mas também em busca de generalizações em níveis cada vez mais altos.

Numa tentativa de perseguir tal objetivo, sugere-se que *as traduções sejam consideradas como fatos da cultura que as recebe*, com a pressuposição concomitante de que qualquer que seja a sua função e identidade, constituem-se dentro dessa mesma cultura e refletem sua própria constelação. Foi devido a este ponto de partida metodológico que essa estrutura teórica tomou o nome de “orientada para o sistema-alvo”.

Quando foi pela primeira vez formulada, nos anos setenta, essa abordagem do estudo da tradução e do traduzir em seus contextos imediatos, foi considerada revolucionária, e seu iniciador um declarado *enfant terrible*. Naquela época, os estudos de tradução eram fortemente orientados para o sistema-fonte. A maioria de seus paradigmas eram também guiados pelas aplicações. Se relacionados com o ensino ou a avaliação da qualidade, sua preocupação era, primeiramente, com o texto-fonte e com a proclamada proteção de seus “direitos legítimos”. As restrições impostas pelo sistema-alvo, embora nunca totalmente ignoradas, com frequência eram consideradas secundárias -especialmente as que não se encaixavam em nenhuma parte da linguística. Muitos fatores que regem o comportamento prático da tradução, e o fato deles terem resultado numa real variedade de diferentes práticas tradutórias, foram rejeitados ou, na melhor das hipóteses, relegados ao domínio de “simples” história.²

Nesse meio tempo, a maioria dos estudiosos da tradução, mesmo sem abandonar a base aparentemente segura do texto-fonte, chegaram, pelo menos, a integrar às suas doutrinas considerações muito mais ligadas ao texto-alvo. Além disso, um segundo paradigma, que foi fortemente orientado para o sistema-alvo, a assim chamada Skopostheorie,

gradualmente emergiu como uma alternativa. Ela até conseguiu ganhar algum terreno, ainda que restrita aos círculos de falantes de alemão. De qualquer forma, a orientação para o sistema-alvo como tal não mais provoca o mesmo antagonismo que costumava provocar menos de vinte anos atrás.

Curiosamente, as primeiras formulações da Skopostheorie (e.g. Vermeer, 1978) quase coincidiram com o início de minha orientação direcionada ao sistema-alvo (Toury 1978[1976] – o que mostra, de forma interessante, como ocorrem as mudanças no meio acadêmico, especialmente se considerarmos que, por um bom tempo, os proponentes das duas abordagens desconheciam o trabalho um do outro³. Com certeza, mesmo agora, há pelo menos uma grande diferença entre os interesses dos dois respectivos paradigmas, o que também explica os diferentes pressupostos de onde parte cada um. Enquanto os principais teóricos da Skopostheorie vêm a justificativa final da sua estrutura de referência de maneira mais realista, de modo a poder lidar com problemas de natureza aplicada, sendo o principal objetivo ‘melhorar’ (ou seja, mudar!) o mundo da nossa experiência, meus esforços se dirigiram primeiramente para a descrição e explicação de tudo o que se considere traduzível dentro de determinadas culturas-alvo, com o objetivo final de formular uma série de leis interligadas, de natureza probabilística, junto com seus fatores condicionantes.

Tentativas recentes de conduzir estudos históricos dentro da Skopostheorie (notadamente Vermeer 1992), por um lado, e de aplicar alguns dos pressupostos básicos do outro paradigma orientado para o sistema-alvo na didática da tradução (e.g. Toury 1980b, 1984, e especialmente 1992) por outro, indicam que a lacuna pode estar se tornando menor. Essa tendência também se manifesta no trabalho recente de uma segunda geração de teóricos da Skopostheorie, notadamente Nord (1991), que fez uma ousada tentativa de integrar uma versão da noção de “normas de tradução”, tão importante para a evolução do meu próprio raciocínio, dentro de uma explicação basicamente vermeeriana.⁴

Não obstante a diminuição da lacuna, serei o primeiro a admitir que o meu programa de pesquisa não teve muito sucesso. O principal obstáculo que vejo é o de haver prevalecido uma tendência a lê-lo através das lentes (muitas vezes bastante escuras) de outras abordagens da tradução, e não como um paradigma auto-suficiente. Até mesmo os termos que usei foram frequentemente interpretados como se ainda fossem parte de outro(s) paradigma(s) teórico(s), apesar de terem sido introduzidos numa estrutura

conceptual completamente diferente e, portanto, com sentido muito diferente. Inevitavelmente, muitas posições minhas foram mal compreendidas, inclusive aquela de orientação para o sistema-alvo. Em vista das más interpretações que surgiram, parece necessário testar novamente alguns pressupostos básicos daquela abordagem, abrindo, assim, as portas para uma nova discussão.

Por mais estranho que possa parecer aos não-iniciados, não há nada de errado em afirmar que a posição (e função) de um texto, inclusive aquela que acompanha um texto considerado como uma tradução, é determinada, primeiramente, por considerações que se originam na cultura que o recebe. De fato, esta é a prática mais normal entre as próprias “pessoas da cultura”. Assim, quando um texto é apresentado como uma tradução, ele é prontamente aceito e garantido como tal, sem questionamentos. Entre outras coisas, esta é a razão por que tem sido tão fácil para as traduções fictícias – isto é, textos que são apresentados como traduções sem nunca haver existido o texto-fonte correspondente em outra língua – passarem por genuínas. Ao contrário, quando um texto é apresentado como originalmente composto numa língua, haverá razões para suspeitar, corretamente ou não, que ele tenha sido, na realidade, traduzido para aquela língua, entre outros motivos por certos traços de construção textual e formulação verbal que as pessoas da cultura têm como associar a traduções e ao ato de traduzir. A adoção de distinções internas da cultura como um ponto de partida para o estudo descritivo da tradução, de como ela é concebida e executada dentro da estrutura condicionada pela cultura, tem a grande vantagem de não impor nenhuma distinção ao nível do objeto, que possa parecer estranha àquela. Isto nos permite continuar com o mínimo de suposições possíveis, que seria difícil manter, diante da evidência do mundo real.

Não há como uma tradução possa compartilhar o mesmo espaço sistêmico com seu original, pertencendo, assim, a duas culturas ao mesmo tempo; nem mesmo quando ambas estão fisicamente lado a lado. O que não significa dizer que, uma vez separada do original, uma tradução jamais possa se relacionar com a cultura-fonte de novo, ocasionalmente até mesmo com o próprio texto-fonte. Sabe-se que textos, e, portanto, os sistemas culturais que os recebem, têm sido afetados por suas traduções. Não obstante, é significativo que qualquer uma dessas práticas envolva uma *inversão de papéis*, o que está em total concordância com nosso ponto de partida: apesar do fato de ser, *geneticamente*, uma tradução, a entidade que a influencia deixa de *funcionar* como tal, isto é, quando observada sob o ponto de vista da nova cultura-alvo. Com certeza, não é qualquer tradução

que exerceria influência sobre o original pelo simples fato de ser sua tradução. O que foi depreendido o foi, porque ela se tornou um fato de uma cultura *particular* (alvo!) que é, além de tudo, considerada privilegiada por essa mesma razão.

O fato de que as traduções freqüentemente servem de base para outros atos tradutórios tampouco nega o nosso pressuposto de orientação para o sistema-alvo: enquanto em tais casos, uma tradução realmente funcione como um texto-fonte, ela ainda é um fato de uma cultura-alvo anterior, agora transformada numa cultura mediadora. Ela é entendida e assume o papel de um texto-fonte, não por algo inerente a ela, mas porque está de acordo com os interesses de um *novo* sistema receptor.

Por outro lado, as atividades tradutórias e seus produtos não só podem, mas, efetivamente, causam mudanças na cultura *alvo*. Isto é assim por definição. Afinal, as culturas recorrem à tradução como uma das principais formas de preencher lacunas, onde e quando quer que se manifestem; como tais ou (freqüentemente) a partir de uma perspectiva comparativa, ou seja, por não haver lacuna correspondente numa outra cultura é que a futura cultura receptora tem razões para melhorar e auferir vantagens. Semioticamente, portanto, a tradução é quase *iniciada* pela cultura-alvo. Em outras palavras, o ponto de partida é sempre o de uma certa *deficiência* naquela última, mesmo se algumas vezes – por exemplo numa situação de “colonialismo” – uma suposta lacuna seja factualmente apontada pelo dominador alegando *saber melhor* como ela deve ser preenchida. Mesmo nesse caso, o argumento mais persuasivo não é a existência em si de algo em outra cultura/língua, mas a observação de que está “faltando” alguma coisa na cultura alvo, que deveria estar lá e que, afortunadamente, já existe em outra língua e pode ser aproveitada.

Nos casos mais simples, tanto a deficiência quanto o preenchimento dessa consiste em meras entidades textuais: um texto que ainda não existia lá, agora é introduzido na cultura alvo. Sendo uma manifestação de “performance”, cada texto é evidentemente único. Ele pode estar mais ou menos de acordo com as normas e modelos predominantes, mas é uma novidade em si. Como tal, sua introdução na cultura receptora sempre acarreta alguma mudança nessa última, ainda que pequena. Com certeza, a novidade ainda permanecerá na enésima tradução de um texto para outra língua, sendo a entidade resultante, que seria realmente incorporada à cultura alvo, a decisiva aqui. Essa entidade possuirá a característica de nunca ter existido antes. Mesmo traduções alternativas do mesmo texto não devem ocupar exatamente a mesma

posição na cultura que as recebe, nem mesmo se todas ela aparecerem na mesma época.

Em casos mais complexos, *modelos* também podem ser importados para a cultura receptora (isto é, conjuntos de regras para a geração de textos relacionados a um tipo identificável). Tal migração normalmente envolve grupos de textos que incorporam um padrão recorrente ou são traduzidos de modo semelhante, muito embora se saiba que traduções de alguns textos que gozam de grande prestígio têm efeito semelhante.

A probabilidade de causar mudanças no sistema receptor, além da mera introdução de um novo texto em si, prende-se ao fato de que, enquanto as traduções pretendem, na realidade, suprir as necessidades de uma cultura alvo, elas também tendem a *desviar-se* dos padrões sancionados naquela, especialmente em razão do postulado de manter invariáveis pelo menos algumas características do texto-fonte, o que parece ser inerente a qualquer noção interna da cultura, de tradução. Essa tendência freqüentemente gera traduções bastante diferentes de textos não traduzidos, mas não necessariamente uma produção deformada; é comum considerar algum desvio não apenas *justificável*, ou mesmo *aceitável*, mas até *preferível* à completa normalidade, em todos os níveis, ao mesmo tempo. Mesmo não sendo culturalmente favorecidos, os desvios, ainda que se manifestem na própria construção dos textos, não perturbam necessariamente as pessoas da cultura. Assim, mais de um escritor observou que a identificação (provisória) de um texto como sendo uma tradução "*protege*, por assim dizer, o leitor, evitando que ele interprete equivocadamente as intenções do escritor... [O que] implica que os desvios das normas culturais não devem ser considerados intencionais, não contendo, portanto, nenhum *significado oculto*" (Weizman and Blum-Kulka, 1987: 72).

De fato, como foi sugerido diversas vezes, há sempre boas razões para considerar que as traduções constituem um sistema especial ou um "gênero" próprio dentro de uma cultura. O que é totalmente impensável é que uma tradução fique pairando entre duas culturas. Enquanto uma intercultura (hipotética) não tenha se cristalizado numa entidade sistêmica autônoma (alvo!), como, por exemplo, em processos semelhantes à pidginização e creolização, ela é necessariamente parte de um sistema (alvo!) *existente*.

Relacionando tudo isso às nossas pressuposições básicas, poderíamos reformular o que foi dito acima, da seguinte maneira:

as traduções devem ser consideradas como fatos das culturas-alvo; às vezes,

com status especial, outras constituindo (sub)sistemas identificáveis próprios, mas, sempre, da cultura-alvo.

Essa formulação implica que, conquanto certamente indispensável, estabelecer o status interno da cultura, de um texto, como uma tradução, não proporciona, por si só, uma base suficiente para estudá-lo como tal. Qualquer tentativa de apresentar descrições exaustivas e explicações viáveis necessitaria de uma *contextualização* adequada, o que está longe de ser o que ocorre. Mais exatamente, o seu estabelecimento faz parte do próprio estudo aplicado a textos supostamente traduzidos. De maneira quase tautológica, poder-se-ia dizer que, em última análise, uma tradução é um fato de qualquer setor-alvo do qual ela é um fato, isto é, daquele (sub)sistema que prova estar mais bem equipado para dar conta dela: função, produto e processo subjacente. Dessa maneira, o posicionamento inicial de uma tradução presumida, condição "sine qua non" para o lançamento de uma análise significativa (ver p.ex. Lambert e Van Gorp, 1985), pode ser apenas *provisório*, tendo que ser freqüentemente submetido a revisões a medida que o estudo prossegue, ou seja, com base em seus eventuais achados.

Acima de tudo, não se deveria pressupor que a identidade da (sub)cultura que acolhe uma suposta tradução seja conhecida em razão da *língua* em que ela é formulada. Daí que, a fácil a pressuposição de uma relação de um para um entre cultura e língua, com freqüência prova ser enganosa, ainda mais porque a exata identidade da própria língua-alvo pode ter de ser reconsiderada no decorrer do estudo. Vejamos um caso extremo: Ao que parece, o texto que segue, o qual alerta passageiros de trens alemães sobre o uso impróprio do freio de emergência, objetivava ser um enunciado em inglês:

Emergency brake

Pull brake only in
case of emergency
Any misuse will
be punished

Apesar de ser apresentado somente como *paralelo* às outras três versões do aviso, em alemão, francês e italiano, há indicação suficiente para considerá-lo uma *tradução* (bastante literal) de uma versão particular: a alemã. Ao mesmo tempo, essa nota não pertence a nenhuma cultura institucionalizada que tem o inglês como língua "nacional", porque cada uma dessas culturas possui em seu repertório uma versão codificada do

aviso, todas diferentes da mensagem em questão. Ignorando a possibilidade ridícula de que a mensagem não seja atribuível a nenhuma cultura em particular, não há como evitar de situá-la dentro da cultura *alemã*, embora numa seção muito específica da mesma que não leva em conta a língua a que se propunha.

Assim, pode-se dizer que o sistema que recebe essa tradução, e que determinou a sua produção, é a (sub)cultura artificial compartilhada por falantes de várias línguas que também usam o inglês enquanto estiverem na Alemanha (ou pelo menos a bordo de um trem alemão). Essa é a única contextualização que assegura uma explicação satisfatória para a construção linguística do texto e a prática (de reconstrução) usada pelo tradutor (a qual é tratada detalhadamente em Toury no prelo: cap. 4).

A contextualização adequada também envolve uma acentuada diferenciação entre itens traducionais relacionados a uma e a mesma cultura, ou seja, em termos de sua respectiva posição dentro daquela. Como foi indicado antes, nem mesmo duas traduções de um mesmo texto têm possibilidade de ocupar exatamente a mesma posição, nem mesmo como um mero reflexo da posição do original ocupada na cultura-fonte. Se as diferenças de construção lingüístico-textual ou de relação com o texto-fonte compartilhado devem ter uma explicação viável, a posição adequada a cada tradução terá que ser estabelecida e levada em consideração com muita seriedade.⁵

A posição mais relevante para o tipo de questões que nos propomos perseguir é, sem dúvida, aquela que a tradução *deveria ocupar* quando surgiu pela primeira vez. Afinal, essa é a posição que se julga ter realmente governado a sua produção, bem como as decisões tomadas ao longo do percurso. No entanto, é somente no final do estudo que uma posição pretendida pode ser estabelecida com alguma certeza. Isso será alcançado contrapondo a posição ocupada *inicialmente* pelo texto com os achados relacionados à sua produção e formulação, e a maneira como ela representa seu original, levando-se em conta o que já se conhece sobre a tradição tradutória na qual ela surgiu. Conseqüentemente, a posição pretendida, que não pode ser apontada em nenhum sentido real, teria sempre o status de uma *hipótese explanatória* e não de um *fato*; nem mesmo um fato reconstruído.

Também é significativa a possibilidade de que as traduções que retiveram sua identidade como fatos culturais, mesmo como traduções, possam, não obstante, ter mudado sua posição dentro da cultura-alvo, com o passar do tempo. Certamente, mudanças desse tipo não podem ter

nenhuma influência na posição pretendida da tradução, nem na que inicialmente teve. Por outro lado, elas podem, freqüentemente, lançar alguma luz sobre preferências de períodos posteriores, pertinentes às traduções aí executadas.

Na maioria dos paradigmas, seria de se esperar, neste ponto, uma *definição* de tradução – uma lista de características mais ou menos fixas que, se aceitas como ponto de partida e estrutura de pesquisa, acarretariam numa maneira puramente *dedutiva* de raciocinar. Entretanto, a obsessão por definições restritivas resulta ser contraproducente quando a intenção é considerar os fenômenos práticos nas circunstâncias que lhes deram origem; elas tendem a frear antes do que avançar o trabalho descritivo-explanatório.

Assim, qualquer definição *a priori*, especialmente se calcada em termos essencialistas, que julgue especificar o que é *inerente* à tradução, seria ineficaz ao pretender fixar, de uma só vez, todos os limites de um objeto que – culturalmente falando – caracteriza-se por sua própria *variabilidade*: diferenças entre culturas, variações dentro de uma cultura e mudança ao longo do tempo. Dessa forma, não somente o campo de estudo se reduziria consideravelmente em relação ao que as culturas têm estado e estão se dispondo a aceitar com traducional, mas a pesquisa, assim limitada, também pode gerar um raciocínio circular. Enquanto aderirmos a uma definição, o que quer que estudemos ou selecionemos para estudo por ser, antes de tudo, abrangido por ela – deverá reafirmá-la, a menos que se queira transcender os limites arbitrariamente estabelecidos, que é o que qualquer prática de pesquisa aplicada a traduções *já existentes* parece ter feito, mesmo se executada dentro de uma estrutura referencial essencialista e, portanto, classificatória

Assim, a desagradável verdade é que, mesmo aqueles que defendiam a necessidade de um procedimento dedutivo, baseados em uma definição inicial bem formulada, nunca hesitaram em selecionar para estudo textos (ou outros fenômenos) apresentados, ou de outra forma, considerados traducionais dentro de uma determinada cultura. Parece que também adotavam a atitude pré-sistemática das pessoas da cultura, apenas como um mal necessário: nunca se dispuseram a segui-la, ou seguir os procedimentos que, de alguma forma, ela possa ter sugerido. O que fizeram, em vez disso, foi manipular seus dados, impondo, por exemplo, distinções entre realizações “mais” e “menos completas” da definição básica, elevando-a a um grau máximo ou, ainda, introduzindo distinções

adicionais (*a priori* e, portanto, não culturais e a-históricas) entre “tradução” e “adaptação”, por exemplo. Certamente, o número dessas distinções poderia multiplicar-se indefinidamente e, de qualquer modo, elas têm pouco poder explanatório quando se trata de fenômenos culturalmente contextualizados. Nem por um momento, passou pela cabeça deles a possibilidade de atribuir um caráter sistemático a essa sua forçada orientação para o sistema-alvo, o que teria acarretado uma tentativa *indutiva* de derivar princípios gerais dos próprios fatos, em vez de especular dentro de uma estrutura de referência mais ou menos rígida.⁶

Sem dúvida, os princípios que formulamos nunca foram levados adiante como uma definição alternativa do “Gegenstand der Übersetzungswissenschaft” como tal; como foi equivocadamente postulado por alguns críticos, notadamente Koller (p.ex. 1990). Em vez disso, o que eles sempre constituíram foi uma *hipótese funcional* designada a fornecer diretrizes para o estabelecimento de *corpora* para estudos de um determinado tipo, compartilhando um determinado conjunto de objetivos. Dentro de nossa estrutura de referência, a pressuposição se aplica a todos os enunciados apresentados ou considerados como traduções dentro da cultura-alvo, com base no que quer que seja, e que agora me refiro como *traduções presumidas*. De acordo com essa observação, não há nenhuma pretensão de que a natureza da tradução seja, de alguma forma, dada ou fixada. O que se está tratando, mesmo a longo prazo, não é nem mesmo o que a tradução *possa ser*, em princípio, mas o que ela prove ser, *na realidade* e, portanto, o que se *pode esperar que seja* sob várias condições especificáveis.

Certamente pode haver motivos para se considerar um enunciado na língua-alvo uma tradução. Por outro lado, também há a possibilidade de se encontrar fenômenos que poderiam plausivelmente ser considerados como traduções, quando não eram – fossem elas consideradas alguma outra coisa, ou, fosse a distinção entre tradução e não tradução simplesmente funcional e, portanto, um não fato na cultura em questão. Certamente, itens desse tipo também podem ser estudados, mas terá que ser precisamente relatado o fato de que eles *não* foram apresentados/considerados como traducionais dentro da cultura que os recebe; e isto como parte do estudo em si, não somente como uma *informação de base*.

O que interessa, aqui, é lidar com questões tais como: por que alguma coisa foi ou não foi apresentada/considerada como traducional, e não por que ela deveria ter sido (muito menos por que ela não deveria ter sido) apresentada daquela forma. Seja qual for a justificativa para essa

hipótese, e para a heurística que dela deriva, ela estará, assim, intimamente conectada a determinados interesses e não outros. Adotar nossa suposição como uma hipótese funcional, portanto, envolve dois importantes benefícios: uma considerável *extensão* da gama de objetos de estudo em total acordo com aquelas situações reais das quais nos propomos dar conta, e *operatividade funcional* mesmo nos casos onde o princípio básico poderia ter parecido factualmente inaplicável.

Proceder a partir de noções internas da cultura geralmente também envolve nomenclatura local, pré-sistemática. É lógico que muitas distinções reconhecidas como funcionais dentro de uma cultura também encontrariam expressão na língua, sendo a rotulação um importante indicativo de institucionalização cultural. Apesar dessa possibilidade, nossos princípios não foram propostos com respeito à *palavra* inglesa “translation” (tradução), como foi estranhamente sugerido por Gutt (1991:7), não havendo quase espaço para a sua dúvida quanto à aplicabilidade daqueles princípios à *Übersetzung* alemã, à *tirgum* em aramaico, ou a qualquer outro rótulo “étnico”. É a *noção* de tradução (presumida) que está em julgamento aqui, e não importa o nome que tome, ela pode ser explicitada por meio de um conjunto de postulados (pelo menos três interconectados):

Um Postulados do Texto-fonte;

Um Postulado de Transferência;

Um Postulado de Relação.

Embora pareçam já conhecidos, o status dos postulados dentro de uma estrutura de referência orientada para o sistema-alvo, como a nossa, é muito diferente daquele que podem ter tido em qualquer outro paradigma de estudos da tradução: sendo postulados, todos eles constituem mais uma proposição do que um fato, ou, pelo menos, não são necessários. Portanto, em vez de atuarem como repostas prontas, eles suscitam muitas perguntas a serem colocadas por quem quiser estudar a tradução em contexto.

Consideremos, brevemente, essas pressuposições de nível inferior numa tentativa de esclarecer o seu status proposto e a maneira como se combinam para formar a noção geral interna da cultura, com relação à tradução presumida.

O Postulado do Texto-fonte

Considerar um texto da língua-alvo como uma tradução leva à pressuposição básica de que existe um outro texto, em outra cultura/língua, que tem prioridade lógica e cronológica sobre ele: pressupõe-se que tal

texto não só precedeu aquele tomado como sua tradução na época, como também que serviu como ponto de partida e base para esse último.

O importante é que não é o texto-fonte em si, nem mesmo a possibilidade de referi-lo que está em jogo aqui, mas a pressuposição de ele ter existido. Portanto, textos concretos em outras línguas que não a língua-alvo também não são parte do equipamento necessário para desencadear uma pesquisa. Mesmo que nenhum texto seja usado, o estudo ainda se relaciona com os estudos da tradução, ou seja, enquanto se mantiver a pressuposição de sua pré-existência temporal e sua prioridade lógica.

Certamente, um fato da cultura-alvo, provisoriamente marcado com uma tradução, estando implícito o Postulado do Texto-fonte, pode vir a não ter um texto correspondente em outra língua/cultura, e não somente porque ninguém conseguiu localizá-lo. Inicialmente, um texto-fonte concreto pode nunca ter existido. Por isso é que traduções fictícias são objetos legítimos de estudo dentro do nosso paradigma - até que se desfaça a mistificação, o modo como elas funcionam dentro de uma cultura não é diferente de como funcionam as traduções genuínas.

Por outro lado, pode-se descobrir mais tarde que uma tradução presumida pode ter tido mais de um texto-fonte, sendo um caso de tradução compilativa, ou um só texto-fonte que, entretanto, difere daquele que se presumiu ter tido (como no caso da tradução indireta).

Postulado de Transferência

O Postulado do Texto-fonte também acarreta a pressuposição de que o processo, através do qual surgiu a tradução presumida, envolveu a transferência, a partir do texto-fonte, de certas características agora compartilhadas por ambos. Essa pressuposição é um resultado claro da colocação de dois tipos diferentes de conhecimentos em contato: conhecimento sobre produtos, por um lado e sobre processos (interlinguísticos e interculturais), por outro.

Quando consideradas sob o ponto de vista da orientação para o sistema-alvo, as operações de transferência - sua própria existência bem como sua exata natureza (e das características transferidas) - manifestam-se, primeiramente, também como proposições. Os dois aspectos podem ser submetidos a exame, mas permaneceriam distintos em sua própria essência - mesmo se se confirmasse o recurso às operações de transferência, elas não precisariam, necessariamente, estar de acordo com aquelas propostas. Desnecessário dizer que qualquer uma delas só pode ser realmente submetida a exame depois que o texto-fonte apropriado foi obtido, o que

pode envolver certa confrontação com a tradução presumida em questão. (Ver Toury no prelo: cap. 3)

O Postulado de Relação

Finalmente, presumir que um texto é uma tradução também implica na existência de relações de dependência que o mantêm ligado ao seu suposto original, uma função óbvia daquilo que os dois textos supostamente compartilham e que se pressupõe transferido através da fronteira semiótico (e linguístico)-cultural.

Um Postulado de Relação interno ao sistema-alvo pode ser altamente intrincado, incluindo aquelas hipóteses muito específicas quanto ao(s) nível(eis) onde se espera que ocorram relações intertextuais. Pode-se postular algumas dessas relações como necessárias e/ou suficientes dentro da estrutura normativa da cultura em questão, tal como muitas noções de "equivalência" em abordagens tradutórias orientadas para o sistema-fonte. Na realidade, também não seria necessário refletir sobre isto: as relações que realmente conectam pares de textos, ou parte deles, podem diferir daquelas postuladas. Já que não há uma necessidade inerente de que as relações intertextuais sejam sempre do mesmo tipo ou intensidade, a natureza e extensão dessas relações, bem como sua correspondência às atitudes da cultura, constituem apenas outro conjunto de questões a serem estabelecidas através de um trabalho de pesquisa concreto.

Outra indicação da natureza proposta das relações de tradução, sob a ótica presente, é o fato de que elas podem, com frequência, ser (provisoriamente) explicitadas mesmo na ausência de um texto-fonte, isto é, com base em certas características da própria tradução presumida, e com a concomitante suposição de que ela foi realmente traduzida. Novamente, traduções fictícias, muitas vezes, conseguem passar por genuínas sem levantar muita suspeita, manipulando-se o uso desse fato. Não somente aqueles que as produzem apresentam-nas como traduções, mas eles as disfarçam, por exemplo, encaixando nos textos aspectos que se tornaram associados a traduções genuínas na cultura em questão. Por outro lado, essa possibilidade muitas vezes serve como uma sólida base para estabelecer a(s) fonte(s) imediata(s) de uma tradução presumida, aquela tomada como base para um estudo comparativo, quando se supõe, por exemplo, que seja compilativa ou indireta.

Se considerarmos os três postulados juntos, uma tradução presumida seria considerada como

qualquer texto da cultura-alvo para o qual há motivos de, provisoriamente, postular a existência de um outro texto em outra cultura e língua, do qual, presumivelmente, derivou por operações de transferência e ao qual está agora ligado por certas relações, algumas das quais podem ser consideradas – dentro daquela cultura – como necessárias e suficientes.

Como deveria ficar claro, nem o texto-fonte, nem as operações de transferência e aspectos transferidos, nem mesmo as relações tradutórias estariam excluídas de acordo com tal abordagem. Somente lhes é atribuído um status diferente. Isto também significa que a “orientação” nada tem a ver com “exclusividade”, como foi equivocadamente interpretado por muitas pessoas:⁷ o paradigma presente pode ser caracterizado como orientado para o sistema-alvo *porque é aí que começam as observações relativas a ele*, o que não significa, de modo algum, que elas deveriam se exaurir nesse ponto.⁸

Sob outro ponto de vista, é apenas aceitável postular que um estudo na área das atividades tradutórias, que já gerou produtos, iniciaria com os *atos observáveis*; sendo esses, antes de mais nada, os próprios enunciados traduzidos, junto com seus constituintes, situados dentro de seus contextos imediatos. Daí em diante, o estudo poderia prosseguir para fatos que são observáveis “em segunda instância” (isto é, fatos que precisam ser (re)construídos antes de se submeterem ao escrutínio, notadamente, as relações que unem início e resultado de atos individuais, sendo a última intenção eliminar a (re)construção de fatos *não observáveis*, particularmente os próprios processos através dos quais eles surgiram.

Notas:

1. Uma versão um pouco diferente desse artigo forma parte do meu próximo livro, *Descriptive Translation Studies – and Beyond* (Toury no prelo).
2. Ver o recente argumento de Delabastita (1991) de que a oposição entre abordagens teóricas e históricas da tradução é completamente falsa.
3. Uma interessante tentativa de associar o pensamento orientado para o sistema-alvo na tradução, especialmente do tipo do meu, a algumas idéias básicas da Desconstrução, foi feita alguns anos atrás por Van den Broeck (1988). Ao mesmo tempo em que endosso seus argumentos, considero-o certamente um artigo intrigante para qualquer um interessado no modo como mudam os estudos dos paradigmas.
4. Infelizmente, enquanto fazia isso, Nord (re)introduziu o conceito de “lealdade” como um princípio moral “a priori”, que pode provocar uma nova separação entre as duas abordagens, já que a velha parecia estar se extinguindo.

5. A meu ver, não conseguir fazer exatamente isso é uma grande falha no trabalho do grupo de Göttingen (que de outra forma seria impressionante), ao pesquisar a tradução literária, especialmente, quando tenta chegar a uma *história cultural* da tradução para o alemão e, portanto, alega desenvolver sua pesquisa dentro de uma estrutura estritamente histórico-cultural. Com frequência, todas as traduções são tratadas igualmente, e não há uma maneira de saber se um determinado caso é representativo ou, de outra forma, significativo. Na realidade, apesar de seu proclamado propósito, *o textualmente interessante* quase sempre teve precedência sobre o *historicamente significativo*.
6. Menachem Dagut foi, provavelmente, o primeiro a enfocar as diferenças básicas entre vários estudos da tradução em termos de uma orientação dedutiva ou indutiva. Na realidade, ele tornou essa distinção uma importante linha de argumentação numa longa revisão do meu livro de 1980 (Dagut, 1981). Sendo totalmente a favor do trabalho dedutivo, ele mesmo não pode deixar de envolver aspectos variados de um raciocínio indutivo na parte descritiva do seu trabalho (Dagut, 1978).
7. Portanto, a linha de raciocínio que venho seguindo é muito diferente de uma mera variação da velha e boa “recepção literária”, já que queremos “tratar com traduções e não com trabalhos originais”, como alegou, por exemplo Mary Snell-Hornby (1988: 24, 25). Mesmo quando se trata de textos literários (que não é necessariamente o caso), a área de interesse do estudo não são os textos em si, muito menos sua recepção na cultura alvo, mas o que pode revelar aquilo que os textos recolocaram nas posições que tinham inicialmente ocupado, no que concerne às restrições sob as quais ele surgiram.
8. Na realidade, eu não posso perceber a razão pela qual tal abordagem se preocuparia com a transferência e, digamos, a posição que o grupo de Göttingen alega ter adotado (p.ex. Frank, 1990: Secção II), em grande parte como uma reação ao meu programa. Tenho a firme convicção de que, embora a transferência possa ser enfocada também em outras estruturas, ela permanece, na melhor das hipóteses, somente parcialmente explicável, a menos que todas as *restrições* do sistema-alvo sejam levadas em consideração, o que só pode ser feito dentro de uma estrutura de referência orientada para o sistema-alvo.

Referências

- BROECK, Raymond van den. 1988. “Translation Theory after Deconstruction”. *Linguística Antverpiensia* XXII: 266-288.
- DAGUT, Menachem, 1981. “Review Article of Toury 1980a”. *Hebrew Computational Linguistics* 18: 69-75. [Hebrew]

- DAGUT, Menachem. 1981. *Hebrew-English Translation: A Linguistic Analysis of Some Semantic Problems*. Haifa: University of Haifa.
- DELABASTITA, Dirk. 1991. "A False Opposition in Translation Studies: Theoretical versus/and Historical Approaches". *Target* 3/2: 137-152.
- FRANK, Armin Paul. 1990. "Forty Years of Studying the American-German Translational Transfer: A Retrospect and Some Perspectives". *Amerikastudien/American Studies* 35/1: 7-20.
- GUTT, Ernst-August. 1991. *Translation and Relevance: Cognition and Context*. Oxford: Blackwell.
- KOLLER, Werner. 1990. "Zum Gegenstand der Übersetzungswissenschaft". R. Arntz & G. Thome, eds. *Übersetzungswissenschaft: Ergebnisse und Perspektiven.. Festschrift für Wolfram Wilss zum 65. Geburtstag*. Tübingen: Narr. 19-33.
- LAMBERT, José & Hendrik van Gorp. 1985. "On Describing Translations". T. Hermans, ed. *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation*. London/Sydney: Croom Helm. 42-53.
- NORD, Christiane. 1991. "Scopos, Loyalty, and Translational Conventions". *Target* 3/1: 91-109.
- SNELL-HORNBY, Mary. 1988. *Translation Studies: An integrated Approach*. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins.
- TOURY, Gideon. 1978 [1976]. "The Nature and Role of Norms in Literary Translation". J.S. Holmes, J. Lambert & R. van den Broeck, eds. *Literature and Translation. New Perspectives in Literary Studies*. Leuven: Acco. 83-100.
- TOURY, Gideon. 1980a *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: Porter Institute.
- TOURY, Gideon. 1980b. "The Translator as a Nonconformist-to-be, or How to Train Translators so as to Violate Translational Norms". S.-O. Poulsen & W. Wilss, eds. *Angewandte Übersetzungswissenschaft: Internationales Übersetzungswissenschaftliches Kolloquium an der Wirtschaftsuniversität Aarhus/Dänemark, 19-21 Juni 1980*. Aarhus. 180-194.
- TOURY, Gideon. 1984. "The Notion of Native Translator and Translation Teaching".
- TOURY, Gideon. 1992. "Everything Has Its Price": Na Alternative to Normative Conditioning in Translator Training". *Interface* 6/2: 60-72.
- TOURY, Gideon. no prelo. *Descriptive Translation Studies – and Beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

- VERMEER, Hans J. 1978. "Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie". *Lebende Sprachen* 23: 99-102.
- VERMEER, Hans J. 1992. *Skizzen zu einer Geschichte der Translation* 1-2. Frankfurt: IKO – Verlag für Interkulturelle Kommunikation.
- W. Wilss & G. Thome, eds. *Die Theorie des Übersetzens und ihr Ausschlusswert für die Übersetzungs- und Dolmetschdidaktik*. Tübingen: Narr. 186-195.
- WEIZMAN, Elda & Shoshana Blum-Kulka. 1987. "Identifying and Interpreting Translated Texts: On the Role of Pragmatic adjustment". G. Toury, ed. *Translation Across Cultures*. New Delhi: Bahri Publications. 61-73.

Instituto de Letras
UFRGS
Núcleo de Editoração Eletrônica

IMPRESSÃO:  GRÁFICA
UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2705 - 1º andar - Fone/fax: (051) 316 5083 - Porto Alegre/ RS